

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital Alesc, também quero saudar todos os catarinenses que estão aqui nas galerias, bem como o deputado Kennedy Nunes, que está adentrando agora ao plenário.

Também quero saudar a delegação de São Bento do Sul, da Rádio Liberdade e também do Jornal Liberdade, os jornalistas Jairson Sabino e João Luiz Viana, bem como a delegação de Navegantes,

representados aqui pelo sr. Edison Inocêncio e o sr. Nelson Gonçalves, que trazem à esta Casa inúmeras reivindicações importantes para aquele município. Município este, governado por um prefeito peessedebista, mas cheio de entusiasmo e com uma demanda extraordinariamente grande, que cresce todos os dias por conta de um movimento econômico também muito grande que desencadeou agora na última década, principalmente como efeito de um dos projetos que o Fernando Henrique conseguiu, como presidente, a aprovação no Congresso Nacional, que foi exatamente a participação da sociedade na construção de portos particulares, que até então, todos os portos, tanto o porto quanto a operacionalidade deles eram executadas pelo governo. Naturalmente o governo, pela falta de investimentos, acabava não fazendo.

Em Navegantes, que tem um porto particular chamado Portonave, veio a promover um grande desenvolvimento em Navegantes, em Itajaí, que antes também o porto era administração pública, agora é uma administração municipal. Mas, enfim, Navegantes cresce muito, justamente por uma demanda econômica muito grande, por conta desse desenvolvimento.

Saudamos aqui, então, o prefeito da cidade, que tem mantido esse entusiasmo e que são representados aqui pelo sr. Edison e sr. Nelson Gonçalves.

Mas eu queria abordar, sr. presidente, a questão que Santa Catarina, sempre colocada com muito orgulho por todos nós, catarinenses, justamente a participação que nós damos ao governo, a nossa contribuição social, a distribuição da nossa renda, a socialização da renda, o nosso equilíbrio socioeconômico, enfim, Santa Catarina, um estado que se destaca no Brasil por conta de um desenvolvimento social muito grande, pela participação econômica e social que nós damos a toda nação.

Mas, infelizmente, Santa Catarina também será, digamos, penalizada, por algumas decisões do governo, principalmente pela falta de ações de infraestrutura. Diversas obras de infraestrutura

viária no Brasil continuarão paralisadas, por tempo indeterminado, devido à falta de recursos do ministério dos Transportes, que chegou ao ponto de admitir o calote às empreiteiras.

O ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, afirmou durante audiência pública na comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado, que a interrupção ocorreu por conta do impacto do ajuste fiscal do governo. E além desse impacto, também formou o cenário desfavorável pela demora na aprovação do Orçamento Geral da União e os reflexos da Operação Lava Jato, que compromete qualquer estado brasileiro, que levou diversas empreiteiras a entrar em recuperação judicial.

Para que os projetos voltem a ser executados, são necessários aproximadamente, R\$ 13,6 bilhões em recursos. E dizia o ministro: "Pararam sim as obras! Não tenho cortina de fumaça. Não posso esconder o que está acontecendo no ministério. Eu nunca esperava chegar ao início de maio sem saber o que tenho de recursos para gastar, referindo-se a questão do Orçamento. Estou acabando de pagar ainda dezembro e iniciando janeiro". Isso ele reclamando então, da situação em que está o ministério. Ele que é do governo e reclamando do seu próprio governo. "Tudo o que aconteceu e que está acontecendo no Brasil afetou muito o setor de transporte", admitiu o ministro.

Mais obras devem ser suspensas por falta de dinheiro. Rodrigues afirma que tem recebido ligações e visitas de empreiteiros que cobram pagamentos e ameaçam paralisar empreendimentos. Disse ainda aos senadores estar atuando mais como bombeiro do que ministro, e que não programará o pagamento das empresas até ter um levantamento preciso das finanças da pasta.

Especialistas consideram que investimentos em infraestrutura são prioritários para sofrerem cortes desta magnitude, como o governo federal no caso teve com Santa Catarina. Se nós não investirmos em infraestrutura e não tivermos um planejamento de curto prazo desses investimentos, nós vamos voltar à época do tapa-buraco e teremos

muito mais acidentes e dificuldades, sem falar nos entraves econômicos.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Nobre deputado Serafim Venzon, a leitura que v.exa. faz sobre uma das principais pastas do governo federal e um dos principais ministros é preocupante. É como os ratos abandonando o barco, ou melhor, é como se alguém jogasse a toalha, estou indo embora. Não sei o que está acontecendo lá atrás.

É como se tivesse sido derrotado num *ranking* aonde deveria existir a luta para resolver os problemas, o lutador está jogando a toalha e abandonando a luta.

Como pode um ministro de tamanha importância, do Brasil, não saber o que acontece no seu ministério? Não saber o que tem em suas mãos? O que vamos dizer nós, os catarinenses, quando encaminhamos projetos, reivindicações, quando reclamamos por benfeitorias, quando nós nos reunimos com a sociedade catarinense para pleitearmos obras e investimentos, se de repente lá, quem tem que resolver, ele diz que não sabe como fazer e que está mais para ser um ministro de tapa-buracos.

Realmente, o atual governo federal vive tapando buracos, lamentavelmente ao invés de fazer obras que possam dar resultado à sociedade brasileira.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. Inclusive, a Confederação Nacional dos Transportes alertou em boletim divulgado no início deste mês que a demora da votação do orçamento não é porque o Congresso não o vota, certamente é o Executivo que tem interesse que não seja votado para levar uma vantagem sobre isso.

E para completar o cenário ruim, a morosidade na execução de projetos de mobilidade, transporte e logística é agravada pelo déficit de contas do governo. A conclusão do documento é de que a

infraestrutura tem sido um dos maiores entraves para o desenvolvimento do país.

O indicador do Fórum Econômico Mundial que mede a qualidade geral da infraestrutura de transporte do país coloca a classificação mundial em 131^a, essa é a posição do Brasil, mesmo com um salto de R\$ 2,8 bilhões em 2002 para R\$ 15,5 bilhões em 2004, os investimentos ainda são considerados insuficientes.

Por isso, sr. presidente, a preocupação nossa de Santa Catarina, justamente pelo esquecimento mais uma vez de Santa Catarina, do governo federal, de receber aqui os recursos que são justos para nós podermos financiar e promover o desenvolvimento econômico indispensável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, eu encaminhei através desta Casa um pedido de informação ao governo do estado referente a repasses de recursos para a conclusão da obra do Centro de Convivência da Terceira Idade, que está sendo construído no município de Vitor Meirelles.

Nós queríamos saber sobre os investimentos e porque não estavam repassando os recursos. Agora, recebi a resposta do governo do estado dando conta que uma parcela das três foi paga e as outras duas estão sendo encaminhadas para a liquidação ainda este mês.

Então, agradeço ao governo do estado por atender a reivindicação que nós, aqui, fizemos, mas por atender a sociedade do referido município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência faz o registro do prefeito da capital e ex-deputado, sr. Cesar Souza Junior. Seja bem-vindo.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado João Amin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Junior.

Começo meu pronunciamento parabenizando o deputado Darci de Matos que foi o proponente da audiência pública na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano que aconteceu em Joinville, para debater a implantação da região metropolitana do norte e nordeste e a mobilidade urbana da região de Joinville.

Estava presente o ex-prefeito de Curitiba, que realmente deu uma aula de conhecimento, sobre a mobilidade urbana. E esse encontro ocorreu na Acij e contou com a presença de inúmeros representantes, não apenas de Joinville, mas de Corupá, São Francisco do Sul, Guaramirim, Massaranduba, Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, e de Joinville a Jaraguá do Sul.

Esse projeto de lei que se encontra na Assembleia Legislativa visando a região metropolitana do norte e nordeste do nosso estado vem ao encontro de uma legislação federal que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado, a Lei da Metrópole que obriga os prefeitos e governadores resolver conjuntamente questões como transportes, saneamento e coleta de lixo e planejamento urbano nas regiões metropolitanas, não individualmente, nas cidades.

O deputado Dalmo Claro estava na audiência pública que foi muito esclarecedora. Esperamos que este projeto aqui na Assembleia Legislativa seja aprovado o mais rápido possível.

Eu dei minha palavra de prestar todos os esclarecimentos ao prefeito da cidade com quem tive a oportunidade de estar junto antes dessa audiência pública, na sede da prefeitura de Joinville, o prefeito Udo Döhler.

Convido todos os interessados para participar de um debate nesta Casa, às 19h30 no auditório Antonieta de Barros, na comissão de Transportes e

Desenvolvimento Urbano, que o deputado Cesar Valduga faz parte, sobre o terreno de Marinha. Essa nova demarcação anunciada pelo patrimônio da União que só visa única e exclusivamente arrecadar dinheiro dos cidadãos sem nenhuma contrapartida. Deputado Darci de Matos, nos últimos 12 anos o patrimônio da União arrecadou no Brasil R\$ 10 bilhões. No último ano em Santa Catarina arrecadou R\$ 44 milhões, sem nenhuma contrapartida nem ao município e nem a orla, nada de contrapartida.

Por isso hoje, com a presença do professor Obéde Pereira de Lima, figura respeitadíssima no Brasil, conhecedor profundo do tema, se espera debater, dar ao cidadão maior prazo de defesa, após comunicado pelo patrimônio da união, apenas dez dias de prazo é muito pouco. Nove mil imóveis apenas em Florianópolis e 40 mil imóveis no estado de Santa Catarina, o sr. deputado Darci de Matos, que tem público leal em Itapema, por exemplo, o posto da Polícia Rodoviária de Itapema está em terreno de Marinha. Isto é um absurdo!

E com essa nova demarcação por parte da Secretaria do Patrimônio da União - SPU -, a comunidade do Bairro Carianos está apavorada, são 1.300 mil imóveis apenas naquele bairro. Temos 30 mil imóveis na cidade. E não pense deputada Luciane Carminatti, que Chapecó está livre desse efeito predatório da União, até porque mangue, rio, quando tem efeito de maré, 33m, a União vai arrecadar taxas. Por isso, não apenas a cidade de Florianópolis precisa manifestar-se, mas todo o estado de Santa Catarina.

O prefeito Cesar Souza Júnior, por exemplo, está baseando-se em uma ação da cidade de Vitória, tentando a extinção desse tributo. O estado de Santa Catarina tem que se basear no estado de Pernambuco, onde algumas medidas nessa questão já avançaram neste estado.

Esse assunto é muito importante e a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano não vai se omitir. Hoje a presença do professor Obéde Pereira de Lima é muito importante, é muita arrecadação da União para não se ter nenhuma contrapartida aos municípios, deputado Leonel Pavan.

Deputado Darci de Matos, o senhor que tem um futuro grande pela frente na cidade de Joinville vai estar presente, porque não se pode omitir esse assunto. Existem projetos de emenda constitucional, projeto de lei no Congresso Nacional, mas infelizmente essas ações que iniciaram há tempo já foram totalmente distorcidas, e obviamente que o último degrau dessa grande escadaria que temos, é a extinção desse tributo, dessa taxa, mas ainda serão muitos degraus que temos que subir para chegar lá.

Porém, a defesa do cidadão precisa de mais de dez dias para tomar ciência e se defender, muitas pessoas não têm acesso ao patrimônio da união e a documentos importantes, que não estão à disposição. Sendo que a Lei da Transparência, deputado Leonel Pavan, obriga a - SPU - Secretaria Estadual de Patrimônio da União, ter à disposição pela internet esse material, mas nem indo a SPU o cidadão tem conhecimento. Pergunte a um cidadão do Bairro Carianos, por exemplo, se ele tem conhecimento dessa nova demarcação, estão querendo cobrar impostos de cinco anos antes de 2015 ou seja 2014. Isso é um absurdo!

Por isso, hoje, às 19h30 vamos ter um momento muito importante para debater. O SPU tem que parar de se esconder na sua sede e deve colocar-se à disposição da população que tem dificuldade até para obter informações.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado João Amin, parabênizo a atuação de v.exa. como parlamentar, sobre tudo como presidente da importante comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

V.Exa. traz mais uma vez, além da mobilidade urbana, do planejamento urbano, deputado Leonel Pavan, que diz respeito praticamente a todo litoral de Santa Catarina, que é tratar das questões de terra de Marinha. E aí reside, deputado João Amin, como v.exa. explicitou, um grande absurdo, uma grande injustiça, porque

milhares de pessoas, como no caso de Florianópolis, de Balneário Camboriú, de Itapema, de Joinville, enfim, que detêm a titularidade da propriedade, a escritura do seu terreno, mas a união numa legislação federal determina que mesmo tendo escritura o proprietário tenha que pagar uma taxa para o patrimônio da união. Isso é um absurdo e ilegal! Porque toda taxa se subentende tem que ter contrapartida do poder público.

Portanto, essa audiência pública de hoje à noite vai ser de fundamental importância, e além dos professores, estará presente o dr. Carlos Adauto Vieira, que juntamente com o dr. Pugliese, são os melhores advogados do Brasil nessa área, porque eles já têm causas tramitadas e julgadas no Supremo e que tiveram êxito.

Portanto, tenho certeza de que a retomada desse grande movimento, através de uma ação de v.exa., será muito importante para Santa Catarina.

Parabéns, deputado João Amin!

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito bem colocado, deputado Darci de Matos, que é integrante da comissão, que mobilizou também as pessoas, convidou entendedores do assunto, porque realmente é um tema muito complexo, há muitas informações a serem analisadas e quem merece ter esses esclarecimentos é a população, que apenas paga impostos e não tem contrapartida nenhuma. Como diz o ex-deputado Edison Andrino: "a união só morde e não dá nenhuma contrapartida aos moradores de área de terreno de Marinha."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar que hoje a Polícia Militar comemora 180 anos.

A corporação tem atualmente 11.500 policiais, aproximadamente. Quando governador fiz mais ou menos 500 nomeações e realizei um concurso para três mil e poucos policiais entre militares e policiais civis.

A Polícia Militar de Santa Catarina é modelo para o Brasil. É uma polícia modernizada que utiliza técnicas e equipamentos atuais. E elas estão se destacando no Brasil pela competência e pelo trabalho que realizam, mas temos que reconhecer que o número de policiais colocados à disposição para a população de Santa Catarina ainda é muito pouco. Hoje comemora 180 anos de atividades, de lutas, de conquistas, de realizações de trabalhos o que orgulha todos nós perante o Brasil.

Porém, precisamos repensar um pouco a segurança no nosso estado com relação ao número de policiais. Repito, temos mais ou menos 11.500 policiais, contando suas folgas, devemos ter em torno de 3.500 policiais na ativa por dia. Se dividirmos pela população de Santa Catarina, está bem aquém da necessidade para atender todos os municípios.

Acabei efetivando 500 policiais quando governador, um concurso público, deputado Fernando Coruja, para mais de três mil policiais em 2010, mas tudo isso é muito pouco para a segurança do nosso estado. Então, acabam responsabilizando o próprio governador e dentro do próprio governo não se entende a falta de policiais em determinadas regiões. Poderia dizer que nossa parte fizemos quando governador, o PSDB governou por nove meses e fizemos a nossa parte.

Quero conclamar o governo para fazer um concurso mais eficaz, mais abrangente, para que possamos ter, pelo menos nesse dia de comemoração, uma notícia importante que é aumentar o número de policiais, pois o próprio comando vem fazendo essa reivindicação há muito tempo. Então, fica aqui a nossa homenagem à Polícia Militar e espero que realmente possamos ter um efetivo maior em Santa Catarina.

Queria aqui também lembrar mais uma vez sobre o Centro de Eventos em Balneário Camboriú. O Centro de Eventos que o estado está propondo construir na cidade de Balneário Camboriú.

Por inúmeras vezes aqui levantamos o fato de que poderíamos perder os recursos, ou melhor, o

recurso federal se nós não lançássemos o edital na época correta, o que a lei exige.

Criou-se ali certa desconfiança por parte da mídia e da própria população no dia que foi lançado o edital, porque uns entendem que o prazo é de 45 dias e outros que é de 30 dias. Mas o secretário de Turismo disse que está tudo correto, que está tudo perfeito, e nós só temos que agradecer. Agradecer porque esta obra se estiver tudo correto, vai ser iniciada. E o projeto que nós licitamos quando governador será talvez um dos mais modernos Centro de Eventos do Brasil construído em Santa Catarina, se não perderem o prazo e os R\$ 55 milhões do governo federal.

Nesta quarta-feira estaremos com alguns representantes de Balneário Camboriú, lá no governo, para conversar com o secretário Nelson Antônio Serpa, porque ele nos deu garantia que está tudo correto, que está tudo perfeito e esta obra sairá do papel nos próximos dias.

Assim como viemos aqui para cobrar inúmeras vezes, hoje, queremos fazer esse comentário e agradecer o governo pela agilidade em nos atender e por cumprir o prazo que a lei exige. A não ser que tenha alguma coisa que não estejam falando a verdade, mas, preferíamos confiar na palavra daqueles que comandam o estado de Santa Catarina.

Queria ainda fazer aqui um comentário referente algumas informações que nós realizamos aqui neste plenário, e aqueles que eu reivindiquei, aqueles que nós solicitamos, felizmente o governo esta respondendo. E todos eles com notícias positivas e depois farei esta leitura, apenas vou conferir alguns dados se confere. Farei esta leitura aqui em plenário para agradecer a deferência, para agradecer a agilidade e por cumprirem a lei no prazo de resposta dos pedidos de informações. Apenas ainda vamos averiguar alguns que fiz ainda há pouco da sede Vitor Meirelles, mas tem alguns outros ainda aqui que precisaria de alguns dados maior.

Aproveito para fazer a homenagem e, certamente, o deputado Kennedy Nunes também as fará, estivemos agora um período religioso, um

período importante na cidade de Camboriú, num dos maiores eventos religioso do Brasil promovidos pelos Gideões, que tem lá o pastor Cesino Bernardino, como grande chefe, o grande comandante. O pastor que todos, certamente gostariam de tê-lo, porque ele realiza o evento de uma magnitude ímpar, fora de série.

Estiveram presentes mais de cem mil pessoas foram a Camboriú fazer suas orações, fazer os encontros para defender os seus princípios e para acima de tudo, fazerem o bem. Foram pessoas de diversos lugares do Brasil, do mundo inteiro que lá estiveram. Eles transformaram aquele evento num ato cultural. Hoje é uma cultura da sede Camboriú, que é a capital dos Gideões, movimentaram o comércio, os hotéis, restaurantes.

Enfim, todos se integraram a esse evento, e hoje esse evento dos Gideões é, sem dúvida alguma, um dos grandes sucessos do turismo religioso e, também, àqueles que, através da fé, procuram buscar melhores dias para as suas vidas, deles e de outros também.

Então, deixo aqui, no meu pronunciamento, essa mensagem de agradecimento ao sr. Cesino e a toda sua família, a todos os pastores, por fazerem na minha região, uma das minhas cidades, Camboriú, um evento de grande magnitude, e que orgulha a todos nós brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PSD. Com a palavra, o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu quero também ratificar as palavras do deputado Leonel Pavan, parabenizando o pastor Cesino Bernardino e toda a sua equipe pela realização do 33º Congresso Geral de Missões em Camboriú. O deputado Kennedy Nunes esteve conosco na abertura juntamente com o sr. governador.

Nós parabenizamos pelo trabalho que fazem, são mais de mil famílias, talvez, alcançando 50 países, mas principalmente no interior do Brasil, não só pelo aspecto de levar as Boas Novas, mas também, deputado Kennedy Nunes, pelo braço social que os Gideões Missionários da Última Hora representam para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Sr. presidente, eu já vou dividir o meu tempo com a nossa liderança, o deputado Darci de Matos, mas gostaria de protocolar, nesta Casa, mais um projeto de lei, desta vez relacionado às nossas concessionárias de serviços públicos de água e luz, para que possam disponibilizar, na fatura de consumo, informações sobre débitos vencidos e mecanismos para a sua quitação.

Vejo aqui o ex-vereador Asael, seja bem-vindo.

Nós entendemos que o Parlamento, deputado Fernando Coruja - e v.exa. tem falado muito que esta questão é de competência do Parlamento - tem a missão de intermediar as demandas da população com o Executivo estadual, tem a perspectiva de também produzir legislação de forma concorrente, inclusive no que tange o direito estabelecido, quer na esfera federal ou municipal.

Nesse caso, reporto-me de forma bastante pontual ao direito dos consumidores que recebem o fornecimento de água e de energia elétrica, questões essenciais para uma vida digna de cada cidadão. E nós sabemos, srs. deputados, que a suspensão do fornecimento desses serviços em decorrência da inadimplência, mesmo que passível de debates e interpretações jurídicas diversas é uma prerrogativa exercida pelas concessionárias. Nós observamos que muitos catarinenses, em decorrência de extravio, esquecimento ou outras intempéries, ficam privados do acesso a estes serviços, mesmo estando com a fatura do mês vigente adimplida.

Então, a ignorância de dívidas anteriores, além da suspensão do fornecimento do serviço, resulta na inclusão do consumidor no cadastro de

inadimplentes e no pagamento de taxas onerosas para a religação do serviço.

Por isso, faz-se necessário a reimpressão da fatura com o respectivo código de barras junto à nova fatura, sem impor ao consumidor recorrer aos endereços físicos e eletrônicos das concessionárias.

Portanto, o nosso projeto de lei, que ora apresentamos, tem por finalidade deixar o consumidor alerta quanto aos seus débitos frente às concessionárias de serviços públicos, de forma a evitar transtornos em relação ao corte de tais serviços.

É importante também salientar que a lei, uma vez aprovada, fará com que as concessionárias disponibilizem os meios pelos quais o consumidor poderá quitar o seu débito.

Dessa forma, por ter a consciência que tal projeto é fundamental para resguardar o consumidor, bem como oferecer respostas positivas para as concessionárias, conclamamos aos srs. deputados a aprovação do mesmo. Em síntese, estamos propondo que as concessionárias de água e luz fiquem obrigadas a disponibilizar ao consumidor, por meio das faturas de cobrança de consumo mensal, os débitos vencidos, não quitados, referentes à prestação de serviços, quando existentes, de forma precisa, clara e ostensiva, porque ao informar o débito existente, a concessionária deve disponibilizar ao consumidor o mecanismo para a sua quitação, com documento apto para tanto, incluindo o código de barras, que deve constar anexo à fatura correspondente ao mês vigente. Era essa a nossa proposição que passa a tramitar nesta Casa, sr. presidente.

Compartilho o restante do tempo do partido com o nosso deputado Darci de Matos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence, ainda, ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, desejo aqui neste momento fazer menção a dois fatos que reputo importante observarmos dentro do Parlamento Catarinense.

Primeiramente, gostaria de registrar os 180 anos da Polícia Militar de Santa Catarina. Por que isso? Porque Santa Catarina é um estado de excelência, é um estado de qualidade, organizado, um estado com as contas equilibradas. E não poderia ser diferente, pois temos uma Polícia Militar que se destaca no contexto nacional. Uma Polícia Militar composta por 11 mil homens e mulheres de elevado nível, porque aqui em Santa Catarina a exigência para o concurso, por decisão do Parlamento Catarinense é o terceiro grau. Uma Polícia Militar composta por homens e mulheres de bem. Uma Polícia Militar que, através da cavalaria, do trabalho rodoviário, de aeronaves e de veículos atende o cidadão catarinense numa das mais importantes e fundamentais necessidades: a segurança pública. Deputado Fernando Coruja, o sr. que é um estudioso, sabe que em qualquer pesquisa que se realiza no nosso estado a primeira reivindicação é a saúde; e a segunda, a segurança pública. E a segurança se faz com prevenção, mas também com repressão, com atuação forte, firme e comprometida da Polícia Militar do nosso estado.

Portanto, hoje é um dia importante! Quero, neste momento, saudar a todos os policiais militares do nosso estado na pessoa do comandante-geral da Polícia Militar, que já atuou aqui na Casa Militar da Assembleia Legislativa, o coronel Paulo Henrique, e dizer que confiamos na Polícia Militar, que faz também um trabalho preventivo e educativo, a exemplo do Proerd, um grande programa de prevenção às drogas no estado de Santa Catarina. Milhares de crianças nas escolas são treinadas, orientadas com relação ao perigo das drogas, mas quando falamos neste assunto, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que preside a comissão de Prevenção e Combate às Drogas, da qual eu também já fiz parte, pensamos logo em repressão, em casas de recuperação dos dependentes químicos

e, muitas vezes - que não é o seu caso, pois v.exa. tem batido nessa tecla -, esquecemo-nos do ponto fundamental, que é exatamente a prevenção através das crianças, na família, sobretudo na escola, e Polícia Militar realiza de forma excepcional esse papel.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu queria parabenizá-lo por estar transmitindo, neste momento, a homenagem à Polícia Militar, e faço das suas palavras as minhas ao dizer que o Proerd é, sim, o maior evento antidrogas do estado de Santa Catarina. Participei de várias formaturas do Proerd, deputado Ismael dos Santos, e sei que esse programa faz com que desde a infância, desde a juventude, a pessoa desperte para o caminho do bem, trilhado pela nossa Polícia Militar.

Em nome do comandante Paulo Henrique a nossa homenagem aos policiais militares. Parabéns, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero apenas ratificar aqui e parabenizá-lo pela intervenção. De fato, nos orgulhamos da Polícia Militar em Santa Catarina e, de forma pontual, nessa questão do Proerd, que é um programa de excelência no país por onde já passaram quase um milhão de catarinense. É bom que se diga isso, são 100 mil catarinenses todos os anos que passam pelo Proerd trabalhando a pérola de todo esse processo, que é a prevenção.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Também, quero referir-me à Polícia Militar, saudando os nossos policiais militares que prestam um serviço há muitos anos para o Parlamento Catarinense, àqueles que estão na ativa, na reserva e que continuam prestando relevantes

serviços a Santa Catarina, à Assembleia Legislativa.

Igualmente, quero fazer menção a essa pertinente e inteligente campanha que a Assembleia Legislativa lançou no evento em conjunto com a Fecomércio, liderada pelo presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio. É uma campanha que tem alguns vieses, que traz na sua marca principal gente que faz a diferença. E é verdade, é verídico. Santa Catarina é um estado diferenciado, de excelência, deputado Leonel Pavan, de qualidade e que v.exa. teve o prazer de governar. Milhares de pessoas fazem a diferença, principalmente no voluntariado, desinteressadamente e de forma anônima, porque o nosso estado é do empreendedorismo, do associativismo, da solidariedade, e tem os melhores índices econômicos e sociais, consequência de uma atuação forte dos nossos governantes, sobretudo do espírito voltado para o trabalho do empreendedorismo e do associativismo da nossa gente catarinense.

E encerro as minhas palavras dizendo que essa campanha é pertinente porque, neste momento, estamos vivendo um ceticismo de crise econômica, de crise ética e que muita gente imagina que tudo está perdido, mas não, aqui em Santa Catarina nós estamos tocando a nossa vida, estamos produzindo, fazendo de forma diferente, por isso essa campanha levanta a autoestima do povo catarinense.

Está de parabéns o presidente Gelson Merisio e tenho certeza de que essa campanha vai fazer com que a nossa população possa imaginar, agir e trabalhar no sentido de que possamos continuar crescendo com qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente e demais deputados.

Sr. presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos de prestar a nossa solidariedade aos trabalhadores da Educação que estão hoje no Paraná realizando um ato de solidariedade com muitos professores de Santa Catarina. E como muito bem diz o ministro da Educação, neste momento justamente quando estamos consolidando a democracia brasileira, não cabe um governo que deveria tratar com diálogo e negociação utilizar-se de cães para cima dos educadores paranaenses. Então, em primeiro lugar, a nossa solidariedade.

Está na Ordem do Dia de hoje uma moção de nossa autoria nos solidarizando com os educadores paranaenses que não estão, sequer lutando por carreira, por salário, mas apenas pelo direito previdenciário, que é o seu recurso público permanecer no Fundo de Previdência Pública.

E a nossa moção deve ser lida e colocada em aprovação na Ordem do Dia.

Faço um apelo solicitando ao presidente que está presidindo esta sessão para que nos ajude junto ao debate da reabertura das negociações do Magistério Catarinense. Penso que é nosso papel aqui é também cuidar do nosso estado. Nós precisamos do diálogo com secretaria da Educação.

Nós nem estamos falando, deputado Leonel Pavan, do mérito do conteúdo desta proposta, dessa carreira, estamos apenas pedindo que o secretário da Educação restabeleça o canal de negociação. E eu peço a v.exa., que nos ajude nessa proposição. Da mesma forma, o nosso vizinho Tribunal de Justiça, também está dirigindo-se aos servidores do judiciário de uma forma que não combina com os ideais da democracia, não estabelecendo um canal de negociação. Pedimos, neste momento, a reabertura do diálogo entre o Tribunal de Justiça e os servidores do judiciário. Tenho convicção de que a grande tarefa dos agentes públicos, no momento em que estamos vivendo nesse Brasil, é exercer insistentemente o papel de diálogo. Esse é o nosso papel, esse é o nosso caminho, e esse deve

ser o nosso comportamento como agentes públicos, sentarmos à mesa e entrarmos em diálogo, em negociação, e cada um, é claro, que tem que ceder naquilo que lhe cabe. Então, faço esses dois pedidos para podermos avançar.

E quero também manifestar-me sobre um tema que tem sido recorrente, com relação ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

Muitas pessoas têm dito que o governo brasileiro não tem atendido todos os pedidos de bolsas de estudo. De fato, isso é verdade. Isso procede, mas quero fazer justiça nesse momento com esse grande programa de âmbito nacional.

Para termos ideia, o Fies, quando o ex-presidente Lula assumiu, atendia 76 mil contratos. No ano passado, fechamos a marca de 1.9 milhão de contratos, sendo 83% dos contratos de famílias cuja renda é de até um salário mínimo e meio por pessoa; e 40% dos alunos do ensino superior privado são alunos do ProUni ou do Fies. Somente este ano tivemos a marca de 252.442 novos pedidos de financiamentos.

E para quem acha que isso é pouco, digo que de cada dois pedidos novos, um pedido foi atendido. Então, temos que ser muito sérios quando se faz um debate com relação aos programas que estão em execução, porque todos os governos têm limites, basta ver que em Santa Catarina, considerando-se as bolsas de estudo do art. n. 170, que são de responsabilidade do nosso estado, 59 mil estudantes inscreveram-se, e apenas 34 mil bolsas foram concedidas. E por que isso? Porque não é possível com o recurso que se tem atender a todos.

Agora, não é por isso que vamos pegar programas como o Fies, como as bolsas do art. n. 170, e jogar fora, ou dizer que não estão atendendo a todos. Como professora, fico muito feliz em saber que hoje no Brasil tem muito mais jovens e estudantes querendo cursar o ensino superior.

Quando o presidente Lula assumiu, e talvez muita gente não lembre, eram apenas 5% dos jovens entre 18 anos e 24 anos, nestes 500 anos de República, que tinham acesso ao ensino superior.

Hoje, em 12 anos de governo do PT, temos 20% de jovens com acesso ao ensino superior.

Então, quero falar a todos que estão nos acompanhando, a todos que assistem a TVAL, que a luta pelo acesso ao ensino superior tem que continuar, e como professora quero ver cada vez mais jovens querendo estudar. E nós vamos continuar lutando para que a educação no Brasil seja prioridade, e é prioridade.

O orçamento do MEC é o que mais cresceu, seis vezes mais, deputado Mario Marcondes, do que era quando o presidente Lula assumiu. Agora, não vamos resolver problemas da República brasileira em apenas uma década de governo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSB, PR e PPS.

Com a palavra o sr. deputado Mario Marcondes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos presentes no plenário, imprensa, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. Coincidentemente, o meu assunto é muito parecido com o da oradora que me antecedeu, a deputada Luciane Carminatti, que falou sobre o Fies, mas não poderia deixar de me manifestar, concordando com algumas questões e discordando de outras.

Desde o início do ano letivo de 2015, acompanhando a polêmica nacional era o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies - com muito impacto em Santa Catarina, milhares de estudantes iniciaram o ano inseguros se teriam ou não acesso a este recurso, após a definição da área econômica do governo federal, como medida para enfrentar a crise e cortar R\$ 7 milhões do orçamento da Educação.

O Fundo de Financiamento Estudantil não é um presente ao aluno, é um empréstimo. É bem verdade que é um empréstimo em condições menos injustas do

que as que os bancos impõem aos demais créditos concedidos, mas continua sendo um empréstimo, porque o aluno devolve quando estiver formado e com a devida correção.

O problema é que em função do anunciado mar de rosas que vivíamos no ano passado, durante o processo eleitoral, quando o Pronatec, o Fies, e o ProUni, eram exemplo que tudo estava muito bem!

Com isso foi criada uma expectativa na juventude brasileira que deseja entrar na universidade, que sonha fazer sua carreira profissional e com toda justiça, melhorar de vida!

Estimulados com esta "propaganda", entre aspas, em todo o Brasil, neste ano, tivemos mais de meio milhão de novas inscrições, mas menos da metade foram contempladas.

Além disso, há mais de dois meses estes milhares de alunos buscam dia e noite, desesperadamente a efetivação de sua inscrição no programa. O sistema trava, a espera é longa e angustiante.

Tive relato de alunos que ficaram praticamente uma semana na frente do computador, tentando e retentando o financiamento. O sonho da sua vida, cursar nível superior, estava e, para muitos, ainda está ameaçado!

Mesmo dos contratos antigos, quase 150 mil alunos ainda não conseguiram a inscrição, ou seja, vão viver esse inferno, essa agonia por mais um mês, para saber se vão conseguir ou não continuar estudando.

E ontem, apenas ontem, após uma decisão judicial que estendia o prazo de inscrição, o novo ministro da Educação nos esclarece a verdadeira situação: não tem mais recursos! E mais, sequer temos perspectivas de acesso a novo financiamento no segundo semestre.

Isto não afeta somente os alunos, afeta também as instituições de ensino superior, as da Acafe e da Ampesc, tanto comunitárias quanto privadas. Temos instituições que tem entre 20% a 40% dos seus alunos mantidos com o Fies, esta realidade é estadual!

Este Parlamento, com seu histórico de defesa dos estudantes catarinenses, precisa ser um instrumento de auxílio na resolução deste problema.

Neste sentido, modestamente, em nosso gabinete, elaboramos uma proposta na forma de indicação que enviamos ao sr. governador Raimundo Colombo.

Na Indicação n. 0174 sugerimos a criação de um crédito educativo estadual, vinculado ao Badesc, nos mesmos moldes do Fies.

O recurso viria de uma contrapartida de 1% das isenções fiscais que as empresas recebem do estado e 0,5% dos recursos do fundo social, pelo prazo de 12 anos.

Acredito que após esse período de injeção de recurso, o fundo seria autossustentável com a devolução e pagamento dos alunos já contemplados e formados.

Convido todos os meus colegas parlamentares a nos ajudar junto ao nosso governador, para que esta sugestão possa ser materializada!

Com a criação de um Fies estadual com certeza poderemos manter nos bancos das universidades milhares de alunos que hoje se encontram em situação de desespero pela barbeiragem do ministério da Educação frente ao Fies!

A bandeira da educação não é ideológica nem de esquerda nem de direita, ela é de todos nós, de responsabilidade de todos os que desejam de fato construir um país mais justo e sustentável!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Cumprimento v.exa. pelo tema abordado, pela preocupação com nossos estudantes.

Sr. deputado, quero reafirmar o que deputada Luciane Carminatti já comentou aqui com relação ao grande avanço que tivemos no ensino superior. Temos mais pessoas formadas universidade dos 500 anos do Brasil agora nos 12 anos do nosso governo. Temos hoje mais de 7 milhões de estudantes nas universidades federais do nosso país, através dos

mais diversos programas como no Ciência Sem Fronteiras, ProUni e pelo próprio Fies, que é um programa extraordinário.

Então, no Brasil, com certeza, há demandas como no estado de Santa Catarina, e não se consegue atender a todos. Mas, com certeza, há uma comemoração muito grande, com a criação do ProUni, do Fies, mesmo que seja financiamento.

Agora, é um financiamento a condição, mas v.exa. propõe aqui uma política estadual. Acho que temos muito a comemorar, mas, infelizmente, nem todos ainda vão conseguir ser beneficiados, tanto pelo art. 170 como também em nível nacional, pelo ProUni ou pelo Fies, porque o Brasil, infelizmente, parou há muito tempo e agora há uma demanda represada à juventude.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Mario Marcondes, quero parabenizá-lo por trazer esse tema.

Mas apenas quero dizer-lhe uma coisa: o governo federal não tem dinheiro. Aí ele ao invés de dizer isso, o que ele faz? Ele cria os artifícios mais improváveis, entre eles dizer que apenas vai renovar os contratos com as faculdades que passarem a inflação.

Engraçado, que o governo quando fala nisso ele invoca a inflação, mas está há 23 anos sem fazer o reajuste da tabela SUS.

Parabéns pela sua proposta e por trazer esse assunto que, com certeza, vai ajudar, e muito, essa discussão.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Agradeço o aparte, deputado Kennedy Nunes.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Acho que não temos grande divergências em relação ao Fies, apenas gostaria de dizer que é um programa que tem

18 meses de carência após a formação do estudante, com juros de 3.4% ao ano.

Então, é muito positivo esse programa, mas quero lhe fazer uma proposta: eu lhe ajudo e v.exa. me ajuda para que a gente faça o governo de Santa Catarina cumprir integralmente com o pagamento das bolsas do art. 170, porque se o governo pagar tudo o que deve poderemos dobrar o número de bolsas das universidades comunitárias e nas instituições catarinenses.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Deputada Luciane Carminatti, deputado Dirceu Dresch e o deputado Kennedy Nunes, primeiro obrigado pelo aparte e pelo apoio. Tenho certeza de que a bandeira da Educação sempre reinará muito forte neste Parlamento.

Quero dizer que todas as ajudas para que as regras e a legislação sejam cumpridas, certamente, v.exa. sempre terá, em qualquer assunto, principalmente na Educação, da qual sou um defensor. Sou advogado da Associação Brasileira e Catarinense de Alunos do Ensino a Distância e luto, com unhas e dentes, pela igualdade, e certamente que no art. 170 já vejo uma grande disparidade de benefícios.

Isso será uma luta também travada por este parlamentar aqui neste Poder Legislativo. Mas, certamente, v.exa. terá sempre um companheiro para lutar para que os estudantes de Santa Catarina tenham acesso ao nível superior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputado do Democratas que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista, formado pelos partidos PSDB e PP.

Com a palavra o sr. deputado Vicente Caropreso, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Boa tarde, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupamos este espaço para falar sobre saúde, educação, transporte, problema de polícia, segurança pública, entre outros. Muito bem!

(Passa a ler.)

"Hoje, ocupo este espaço e saúdo todos os telespectadores da TVAL, também os ouvintes da Rádio Digital da Assembleia Legislativa, para falar sobre um assunto de extrema importância para os catarinenses que moram no litoral e vivem da pesca.

A pesca daquele que talvez seja o peixe mais tradicional do litoral catarinense: a tainha, cuja liberação da pesca vai iniciar no dia 15 de maio. A captura da espécie sofreu uma queda vertiginosa, principalmente a partir do fim da década de 90 e início dos anos 2000.

Segundo o Ibama, foi constatado um aumento significativo da pesca industrial, da pesca embarcada, pela valorização do mercado, principalmente devido ao alto valor das ovas de tainha que apenas está disponível durante o período de agregação e migração reprodutiva da espécie.

Da mesma forma, foi observado um declínio na produção artesanal, especialmente, tanto pela escassez do pescado quanto pela disputa com a frota industrial.

Para preservar a espécie e a produção do pescado, em 2008 o Ibama instituiu a Instrução Normativa n. 171 que regulamenta o defeso e o período de pesca da tainha.

Segundo o art. 3º: 'A temporada anual de pesca da tainha será aberta, a partir de 15 de maio, no litoral das regiões Sudeste e Sul, para as embarcações devidamente legalizadas e permissionadas'. Portanto, estamos às vésperas dessa abertura.

Entretanto, estive reunido com pescadores da região de Bombinhas e de outras localidades de nosso litoral, e constatee a preocupação de que os limites para a pesca não estão sendo respeitados pelo segmento industrial.

A pesca artesanal é centenária e nunca causou impacto na população deste pescado já que grande parte dos cardumes não eram capturados, pois estavam além do alcance das pequenas embarcações. Mas com o aumento da pesca industrial a espécie foi visivelmente atingida.

Acima de tudo, o questionamento que faço é se a fiscalização que cabe aos órgãos ambientais tem sido feita. Digo isso para que os pescadores artesanais não sejam prejudicados.

Assim, portanto, encaminhei a essa Casa, sr. Presidente, srs. deputados, uma moção ao Presidente desta Casa e uma indicação ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, que foi aprovada neste Plenário, para que acionem os recursos da Polícia Militar Ambiental para reforçar a fiscalização da captura industrial da tainha durante a safra."

Dessa maneira, fica muito mais protegida essa prática da pesca artesanal e, assim, também defendemos esse setor da economia, que depende praticamente das suas forças, de pequenas embarcações, da tarrafa, ou seja, nós preservamos, inclusive, a nossa cultura.

O segundo assunto que eu torno a repetir dentro desta Casa, sr. presidente, é sobre a crescente necessidade da educação em tempo integral, ou seja, educação em dois turnos. Recentemente, estive em algumas cidades, principalmente na cidade onde resido, Jaraguá do Sul, e fiquei por lá algumas horas observando, analisando e, acima de tudo, conversando com professores, com diretores, com o secretário municipal de Educação, com pais e com alunos em si.

Eu visitei uma das escolas modelo, que é a Escola Municipal do Bairro Jaraguá 84. Nesse bairro funciona a cadeia pública, a Penitenciária de Jaraguá do Sul. Portanto, um bairro que outrora era extremamente fragilizado em termos sociais, porque para lá iam também pessoas com uma dificuldade muito grande de moradia, de condição social e, acima de tudo, de nível de educação.

Pois bem, o que vimos lá? Primeiramente, questionei o secretário municipal de Educação para saber dos custos por aluno, ou seja, quanto custa manter os alunos em dois turnos na educação. Pensava que seria o óbvio, ou seja, multipliquei por dois o custo. Qual não foi a minha surpresa ao saber que esse custo está indo de 15 a 20% apenas a mais para deixar as crianças das 7h30 às 15h45? Mas a coisa mais interessante que eu vi dentro do currículo é que essas crianças, quando eu lá cheguei, estavam aprendendo música, algumas delas tocando alguns trechos de *blues*, de *jazz*, ou seja, ritmos que normalmente não são tocadas por lá. Isso significa que elas estavam já desprendendo dentro de si um dom, um talento. E o semblante das crianças! Nós conhecemos as pessoas, somos seres políticos e sabemos a origem dessas pessoas, e vimos pessoas de origem humilde, com dificuldade, com um olhar triste. Então perguntei aos professores sobre isso e eles disseram: essas são as melhores crianças, aquelas que interpretam qualquer coisa de música em Jaraguá do Sul.

Foram agraciadas com vários prêmios e desde que foi implantada a escola em tempo integral, com a música sendo uma matéria, na qual elas podem passar ou repetir o ano, as crianças começaram a se interessar, tendo que interpretar inclusive as partituras. Isso desenvolveu um espírito muito importante dentro daquelas crianças, assim como outras matérias também, como história da arte, laboratório de química, de física. Nós saímos muito recompensados por ter ficado lá durante algumas horas, absorvendo aquela experiência que vem sendo reforçada em várias outras escolas da rede pública de Jaraguá do Sul. Das 31 escolas, 12 já estão fazendo esse reforço de aprendizagem.

Nesse bairro altamente fragilizado, como disse há pouco, também tive outra grata surpresa, ao invés de ver inúmeras crianças brincando, andando de um lado para outro no meio da estrada, perto de um presídio, não vi nenhuma criança na rua, ou seja, a maior vacina que podemos dar às crianças do país é o reforço na educação.

E tenho uma visão muito clara, o que acontece depois que a gente vai ficando com mais idade, com mais experiência, de que esse exemplo que é dado em Jaraguá do Sul, no nosso estado, classificado em termos de qualidade de educação, deveria ser repetido, replicado em vários outros pontos.

Na hora em que debatemos os problemas das crianças e dos jovens, dos 14 aos 18 anos, sobre o que fazer com eles, não temos dúvida em dizer que se protegemos melhor a criança no início da juventude, teremos um investimento, ou seja, não precisaremos depois gastar na recondução desses jovens, numa vida duvidosa. Visitei alguns centros de atendimentos socioeconômicos no estado e o que vi foi uma coisa muito triste, ou seja, o SE dos Cases são siglas que não existem, que não funcionam, além de custar muito caro e não dar os devidos encaminhamentos para essas pessoas como cidadãos do futuro.

Então, esse é o meu posicionamento e agradeço o interesse e a atenção de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Aldo Schneider, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. É uma satisfação podermos voltar à tribuna para discorrermos sobre alguns assuntos que, na minha avaliação, são extremamente importantes no que tange ao desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

O Ipea recentemente divulgou um resultado de uma pesquisa executada no ano de 2012 apontando Santa Catarina com índices extremamente favoráveis em nível de desenvolvimento humano, considerando-se o contexto brasileiro.

Entendemos que estamos passando por um momento em que muitas vezes falamos em crise, em contenção de despesas, de arrecadação que não se comporta conforme o planejado, mas o índice do Ipea que

saiu recentemente aponta Santa Catarina como um dos melhores estados em nível de Brasil. Então, é nessa esteira que gostaria de falar que, na semana passada, a Assembleia Legislativa lançou a campanha que tem como mote: Santa Catarina - Aqui Tem Gente Que Faz a Diferença. Essa campanha foi lançada com a participação do sr. governador, Raimundo Colombo; do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio; e da maioria dos srs. deputados e sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"A ideia é mostrar ao público e à comunidade catarinense que o nosso estado de Santa Catarina está num patamar diferenciado de destaque em vários índices, desde a economia até a saúde. E essa campanha está sendo veiculada em todas as mídias, pois o que se quer é espantar a onda de pessimismo e manter a engrenagem funcionando, com a geração de emprego e renda, que faz o estado ser destaque em nível nacional.

Para reforçar nossos argumentos, quero trazer ao Parlamento e à sociedade catarinense dados de estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada - Ipea -, que estão expressos no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tais objetivos estão sintonizados com as metas fixadas pela Organização das Nações Unidas e direcionadas para compromissos globais com políticas sociais, ambientais e econômicas.

São distribuídos em oito áreas, que são os objetivos do milênio, e quando aprofundado o estudo comparativo entre os resultados obtidos pelo Brasil, a região sul e Santa Catarina, podemos perceber que o nosso estado faz a diferença, pois temos sempre os melhores resultados nas apurações feitas pelo Ipea.

Para entendimento do que são esses oito objetivos, vamos resumi-los: a primeira meta do milênio é acabar com a fome e a miséria; a segunda, garantir educação básica de qualidade para todos; a seguir vem a questão da igualdade entre sexos e a valorização da mulher; depois a redução da mortalidade infantil e a melhoria da

saúde das gestantes; o combate à Aids, à malária e a outras doenças vem na sequência, e temos a questão da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, e por último a questão do esforço conjunto da sociedade em favor do desenvolvimento.

Na primeira meta do milênio - acabar com a miséria -, já vemos Santa Catarina como o estado que realmente faz a diferença no Brasil. O Ipea processou informações sobre a questão da renda das pessoas, a diferença de renda entre aqueles que ganham mais e quem vive com menos, e a taxa de formalização, que nada mais é do que a inserção das pessoas na economia de maneira formal, ou seja, com vínculos.

Aí podemos ver que na questão da renda mínima, já em 1990 a pobreza extrema em Santa Catarina atingia 15% da população, enquanto no Brasil esse índice era superior a 25%. E em 2012, quando a pesquisa foi concluída, Santa Catarina registrava apenas 1% da sua população em situação de extrema pobreza, enquanto que no Brasil esse índice está em 3,5% e na região sul como um todo, 1,5%.

Na questão da desigualdade, que é a média medida pelo Coeficiente de Gini, que aponta a maior ou menor diferença de renda entre os mais abastados e os menos favorecidos, e o resultado de Santa Catarina é o melhor do Brasil. E na questão da formalização dos vínculos nas relações de trabalho, Santa Catarina atinge o patamar de 73% de vínculos formalizados contra 66% na região sul, e 58% no Brasil como um todo.

A segunda meta trata da educação básica de qualidade e aponta Santa Catarina como um destaque nacional, pois temos praticamente 100% dos catarinenses alfabetizados entre 15 e 24 anos, e 99% de crianças entre sete e 14 anos na escola. São índices altamente atrativos e significativos para um estado do tamanho e da potencialidade de Santa Catarina.

Outra vez os resultados de Santa Catarina são melhores que os da região sul e do Brasil, o que reflete a capacidade do estado, em especial a qualificação dos que atuam em nossa Educação, e é importante reconhecermos isso no momento em que os

professores estão aqui na Assembleia Legislativa defendendo os interesses de sua categoria.

Já no terceiro objetivo do milênio, que é a promoção da igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, Santa Catarina outra vez aparece à frente num aspecto importante, que é a taxa de ocupação de mães com crianças de zero a seis anos, pois a possibilidade dessas mulheres terem ocupações na economia reflete uma estrutura que é oferecida para manter filhos em creches e na rede escolar.

Conforme o Ipea, em nosso estado, 57% das mulheres com filhos entre zero e seis anos conseguiram ter atividade profissional regular em 2012, contra 43% no Brasil.

Outro dado interessante está relacionado à questão da escolaridade, que não aponta diferença significativa no acesso de homens e mulheres no ensino fundamental, e uma aproximação cada vez maior de mulheres em relação aos homens no ensino superior.

Um aspecto em que precisamos avançar é na participação das mulheres na política, pois embora tenhamos uma mulher na presidência da República, as mulheres representam menos de 9% na Câmara dos Deputados e 15% no Senado, e aqui em nossa Assembleia Legislativa são apenas quatro deputadas eleitas, o que representa 10% das vagas de nosso Parlamento.

No plano global, é bom lembrar que as mulheres já ocupam 20% das vagas legislativas e nas chefias de governo.

Na meta relacionada à redução da mortalidade infantil, Santa Catarina já atingiu a meta estabelecida pela ONU conforme a pesquisa. A redução da mortalidade entre crianças de zero a cinco anos, de 1990 para 2011, caiu de 28 mortes para mil nascidos vivos, para menos de 11 óbitos. E os programas de atenção aos nossos catarinenses mais jovens foram intensificados em todas as regiões, especialmente para garantir a saúde de quem está em seu primeiro ano de vida, quando ocorrem 85% das situações que levam à morte de crianças.

Na meta que diz respeito à melhoria da saúde das gestantes, o número mais representativo está no índice de partos realizados em estabelecimentos de saúde, que desde meados dos anos 90 chegou a 99% dos casos.

Uma questão que precisa ser mudada é o elevado número de partos por cesarianas, pois mais da metade das crianças que nascem no Brasil e em Santa Catarina não são de parto normal, e a Organização Mundial da Saúde - OMS - recomenda que essa estatística de partos cesáreos deve ficar entre 5 e 15% do total dos nascimentos, pelo risco que a cirurgia oferece às mães e às crianças.

De outra parte, devemos destacar a questão do acompanhamento pré-natal, as campanhas para vacinação contra o HPV, cuidados que se refletem na redução de mortalidade por câncer de colo de útero, bem como a redução do câncer de mama em razão dos cuidados às mulheres em nosso estado.

Já na meta que diz respeito ao combate ao HIV/Aids, e outras doenças, que visa, no primeiro caso, interromper a propagação das Aids até o final deste ano e garantir a universalização do acesso ao tratamento da doença, Santa Catarina tem conseguido detectar e tratar quem tem Aids e vem esforçando-se para combater outras doenças, embora todos os catarinenses devam preocupar-se, especialmente agora, no combate à dengue.

Quanto à meta do milênio que envolve qualidade de vida e sustentabilidade, que visa reverter perdas de recursos ambientais e especialmente o acesso sustentável à água potável, além da moradia digna, Santa Catarina também registra índices positivos.

O acesso à água potável cresceu de 60% da população em 1990 para mais de 83% em 2012. E o acesso à rede de esgoto ou utilização de fossa séptica, no mesmo período, cresceu de 66% para mais de 85%.

Fala-se muito que Santa Catarina tem deficiência em redes de esgoto, o que é verdade e trabalhamos no dia a dia para mudar isso, especialmente com o esforço da Casan e do governo em busca de recursos para custear novos

investimentos em vários municípios catarinenses. Mas o fato é que quando consideramos o uso de fossas sépticas, os índices de acesso da população são superiores aos da região sul e do Brasil.

E quando falamos de moradia, embora muito ainda precise ser feito, o problema é menor em Santa Catarina do que no Brasil como um todo.

Para finalizar, a meta que diz respeito à integração das pessoas pelo desenvolvimento global, por um sistema comercial e financeiro aberto, previsível e não discriminatório, está ligada diretamente à política externa do país, mas podemos assegurar que Santa Catarina se empenha ao máximo para auxiliar o Brasil.

Temos uma economia diferenciada, um grande investimento em ciência e tecnologia, somos um povo aberto ao intercâmbio técnico, cultural e artístico, que colabora com programas de desenvolvimento, tanto no aspecto interno como externo, e aí podemos falar em programas nacionais e internacionais nos quais Santa Catarina se insere com destaque.

Ou seja, como bem colocou a campanha publicitária formada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc -, em nosso estado tem gente que faz a diferença. Essa é a verdade dos catarinenses, que devem se orgulhar muito das potencialidades e da gente do nosso estado".

São esses os dados, srs. deputados e sras. deputadas, que estamos trazendo de uma pesquisa divulgada semana passada pelo Ipea, e que coloca Santa Catarina num patamar totalmente diferenciado com relação a nossa federação. É evidente srs. deputadas e srs. deputados, que a região sul é uma das mais desenvolvidas, mas Santa Catarina está na vanguarda desses programas que asseguram melhor qualidade de vida aos catarinenses. Nós temos que dar efetivamente a vitória, esses louros, a todos os governantes que passaram pelo Poder Executivo Estadual, pelas políticas sociais e públicas do governo federal, porque, afinal de contas, foram as políticas públicas que fizeram com que Santa Catarina esteja na vanguarda em todos esses itens

que aferem a felicidade do catarinense e a sua condição de sobrevivência.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, deputado Aldo Schneider, por esse importante tema que mostra aos catarinenses que estamos cuidando bem da parte política do nosso estado e, principalmente, a gestão que o governo estadual está fazendo. E essa gestão se faz e se mostra pelos índices que alcançamos em Santa Catarina.

Então, esse é um importante tema e quero dizer a v.exa. que é isso que temos que mostrar aos catarinenses para que a sociedade, as pessoas sintam a diferença de viver em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Para finalizar, quero fazer o registro, principalmente, do papel que esta Assembleia Legislativa teve ao longo dos últimos 20 anos, porque todos os governos que passaram em nosso estado são reflexo das políticas públicas estaduais implantadas em nosso estado, porque em toda política de longo prazo colhe-se, efetivamente, os resultados através de ações realizadas pelo governo.

Então, quero registrar que nosso estado está de parabéns pelos governantes que teve ao longo da sua história, e dizer que esses governantes, com certeza, tiveram o apoio desta Casa Legislativa para aplicação dos seus planos de governo.

Então, era isso srs. deputados, sras. deputadas, esse é um tema recente, importante, que precisa ser amplamente divulgado para que todos os catarinenses tenham conhecimento de como está a qualidade de vida do catarinense. Seria isso, sr. presidente, e agradeço pelo tempo conferido ao nosso partido, e também deixo o registro ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Sr. deputado Aldo Schneider, os números que v.exa. citou mostram quanto nós podemos nos orgulhar pelo

trabalho realizado no nosso estado por todos os governadores, prefeitos, pela classe empresarial e pelos trabalhadores.

Santa Catarina é um estado que se destaca no Brasil e esses índices foram conquistados ao longo do tempo. Erros foram cometidos, mas com certeza bem menos que em outros estados, o que dá a Santa Catarina esse diferencial.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero aproveitar o quórum qualificado deste momento do plenário para convidar todos os deputados, mais uma vez, para hoje, às 19h30, no auditório Antonieta de Barros, participarem da audiência pública sobre a nova demarcação de terrenos de Marinha. O SPU estará presente, assim como o professor Obéde Pereira de Lima, que é o maior especialista no assunto no Brasil. Conseguimos viabilizar sua vinda de Pernambuco, inclusive possui uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, quero convidar a todos os telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e aos deputados para participarem desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputado, quero reiterar o convite a todos os deputados para participarem desta importante audiência pública.

Deputado João Amin, quando fui prefeito tive problemas com terras da Marinha e, juntamente com o meu advogado, escrevi o livro *Terras de Marinha*. E tivemos sucesso na Justiça. Vou trazer esse livro e presenteá-lo a v.exa., pois quem sabe alguns argumentos existentes no texto possam ser altamente benéficos para a discussão que v.exa. está travando.

O Sr. Deputado João Amin - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Leonel Pavan, será de grande valia essa contribuição.

Quero lembrar que de Itapoá a Passo de Torres, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira com essa nova demarcação do SPU, todos serão vítimas, ou seja, com 33m de mangue, de rio, de mar, nenhuma cidade estará livre desse problema que pode ser causado pela nova demarcação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, suspende a sessão por até dois minutos. Às 16h, iniciaremos, então, a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - (Faz soar a campainha.)

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, apenas fiz como é feito lá em Brasília. Pedimos que os srs. deputados que estão em seus gabinetes possam descer para que possamos fazer a votação dos vetos.

Então, aos nobres deputados que estão no atendimento em seus gabinetes, que desçam para que possamos fazer votação dos vetos.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0060/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0444/2013, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro por parte dos hospitais públicos e privados no Estado de Santa Catarina, dos recém-nascidos com Síndrome de Down e de sua imediata comunicação às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades voltadas às pessoas com deficiência.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o autor do projeto, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero aqui chamar a atenção de todos os colegas para esse projeto.

Se perguntarmos à secretaria estadual da Saúde quantas pessoas com síndrome de Down há em Santa Catarina, hoje, eles não conseguirão responder.

Como que uma secretaria pode fazer um planejamento para atender pessoas se não sabe quantas pessoas tem no estado com a síndrome de Down?

Este projeto foi solicitado por mais de dez instituições, associações voluntárias que trabalham para apoiar as pessoas com síndrome de Down em Santa Catarina e governo colocou que esse projeto feria o artigo V a Constituição, mas isso não acontece.

Não fere porque ele apenas serve como cadastro, ninguém vai divulgar que nasceu a pessoa "a" ou "b" com esta ou com aquela doença, com aquela síndrome. É apenas para termos conhecimento para efeito de políticas públicas, para atendermos bem essas crianças e a família.

Hoje nem o hospital consegue comunicar a família direito que uma família nasceu com Síndrome de Down, e nós precisamos desenvolver uma estrutura para que essa criança seja atendida desde pequena, de maneira correta, por médicos, psicólogos, fisioterapeutas, para no futuro não depender do estado. Ela vai ser um adulto com total autonomia, não vai depender dos pais carregando-a de cima para baixo, ela vai poder locomover-se na sociedade.

O que queremos, deputado Romildo Titon, é criar políticas públicas que atendam essas pessoas. O estado hoje não sabe quantos catarinenses têm com Síndrome de Down, como é que ele vai poder criar políticas?

Todos os argumentos do governo, que vetou o projeto, caem por terra. O que o governo alega é vício de iniciativa, eis que essa lei é privativa do governador, pois dispõe sobre organização e funcionamento de órgão do Poder Executivo. Queremos dizer que esse argumento não procede.

O argumento do governo, conforme a Constituição de 88, art. 24, inciso VII e VIII, preceitua que compete aos estados legislar de forma concorrente sobre proteção e defesa da Saúde e sobre proteção integral, social das pessoas com deficiência. Alega que atribui novas competências ao Executivo. Nós dissemos que não, este projeto não tem novas competências para o Poder Executivo, em razão de que o governo, a própria secretaria de estado da Saúde, os dados e registros, na prática, ficam vinculados à coordenação da área técnica da pessoa com deficiência, que já existe.

Portanto, não há como criar uma nova estrutura que já existe, queremos apenas começar a fazer esse trabalho.

Então, todos os argumentos que o governo usou para vetar esse projeto, e na verdade sabemos que não foi o governador que vetou, foram alguns técnicos, não têm nenhum amparo legal.

Alega, por exemplo, que atinge o princípio da constitucionalidade da separação dos Poderes. Novamente quem vetou incorre em erro, pois o Executivo, além da iniciativa para a lei ordinária, cabe também ao deputado estadual o teor no *caput* do art. 50 da Constituição do Estado, a iniciativa não é privativa do governador, pois não cria cargo ou função administrativa.

Então, esta lei está dentro da legislação, da Constituição Estadual, da Constituição Federal, e vai permitir ao estado criar políticas públicas de apoio às pessoas com Síndrome de Down. Por isso, peço a todos os colegas deputados que votem contra o veto do governador e deem uma chance para que, quando nasça uma criança com Síndrome de Down, ela possa ser atendida adequadamente nas instituições de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Continua em discussão.

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - A bancada do PMDB encaminha o voto número dois.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - O meu voto é "não".

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, respeitamos as manifestações antecipadas e quero registrar também a defesa do deputado José Milton Scheffer, que é legítima, até por ser autor do projeto. Mas este deputado, como líder do governo, também tem que fazer a defesa da Procuradoria-Geral do Estado, que alega e cita aqui o interesse social da matéria e seus vícios jurídicos intransponíveis.

Senão, vejamos, o sr. governador demonstra que há invasão da competência do Poder Executivo ao criar, aumentar despesas e atribuição de órgão ou função da administração pública em clara afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, e que o veto está, com base no art. 32, 50, § 2º, inciso VI, e 71, § 4º, alínea "a" da Constituição Estadual de Santa Catarina.

Portanto, o nosso encaminhamento, sr. presidente, é pelo voto um, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 17 votos "sim" e 18 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.589/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0003/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre a doação de sangue no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esse veto que o governo opõe é com relação a doação de sangue. Nós entendemos que a doação de sangue é de uma importância muito grande e o governo precisa fazer um pouco mais esse tipo de campanha para doar sangue. Quem doa sangue, doa a vida. Portanto, peço aos deputados que possamos garantir essa campanha. Na verdade, não custa nada para o governo, pois ele já tem o seu gasto em publicidade e ela exige que seja feito um pouco mais de publicidade com relação à campanha de doação de sangue.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIN VENZON - Sr. presidente, o PSDB vota pela derrubada do veto, justamente por considerar importante a intenção do projeto, para divulgar esse ato de solidariedade. O sangue apenas pode ser substituído por sangue. Somente o contando com a solidariedade das pessoas que dá para repor os estoques nos hemocentros. E por isso que essa conscientização da sociedade é muito importante. Parabéns ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sílvio Dreveck, líder do governo.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - O projeto de lei do eminente deputado Darci de Matos, que tem uma das melhores intenções no mérito, institui o programa de Apoio aos Alunos com Deficiência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado Sílvio Dreveck, há um equívoco aí por parte de v.exa. Nós estamos discutindo o veto ao Projeto de Lei n. 0299/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Ouve um equívoco aqui por parte da Presidência, pois este não está na ordem, os demais estarão.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - É que não está na ordem. É isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Isso, tem razão o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Apenas para defender o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeitamente. Foi um equívoco aqui da Presidência em colocar o veto fora da ordem.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, v.exa. pode citar o número do veto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Estamos votando a Mensagem n. 1.589/2014.

Deputado Silvio Dreveck, é o de n. 0070/2015, é a primeira da folha n. 2.

Na prática, esta Presidência, aqui, pede escusas aos srs. deputados, foi equívoco do nosso encaminhamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero alertar que o projeto que nós estamos analisando a Mensagem n. 1.589/2014, com veto ao Projeto de Lei n. 0003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A Mensagem é a n. 0070/2015. E o projeto é de veto total ao Projeto de Lei n. 0299/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES (Intervindo) - Não, sr. presidente, v.exa. falou que a Mensagem é a n. 1.589, que dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre campanha de sangue. O outro é aquele da seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Do sangue?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Isso, do sangue, a Mensagem n. 1.589 e o Projeto de Lei n. 0003/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeito, estamos votando a Mensagem n. 1.589.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, conferindo, de fato, sobre a Mensagem n. 1.589, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre política de conscientização e orientação sobre a doação de sangue no estado de

Santa Catarina, não é uma polêmica de hoje. E, na verdade, a argumentação do governo tem fundamentação, com todo o respeito que tenho pelo meu colega e amigo deputado Kennedy Nunes, por conta da invasão de competência do Poder Executivo, ou seja, pela invasão do Legislativo a Executivo, ao estabelecer política de governo.

Mormente, quando se cria, aumenta a atribuição de órgãos, ou funções administrativas públicas, constitui numa clara afronta ao princípio da independência e harmonia e esbarra no aumento de despesa sem autorização orçamentária e, sem dúvida, sem comprovação de previsão orçamentária ou de contrapartida financeira.

Então, o veto é com base no art. 32, 50, § 2º, inciso II e III, e o de art. 123 da Constituição Estadual de Santa Catarina.

Portanto, o nosso encaminhamento é pelo voto um, pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Schneider) - Solicito aos srs. líderes se já podemos abrir o painel de votação.

Solicito à assessoria que abra o painel.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares...

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, não entendo como sendo certo um orador na tribuna, discutindo a matéria, depois de os demais deputados já terem votado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Schneider) - Não há necessidade de os deputados exercerem o direito de voto enquanto o deputado Fernando Coruja não terminar de falar, mas quem quiser votar já podem.

Dos líderes, apenas v.exa. não concorda, mas é praxe desta Casa o direito de o parlamentar se pronunciar. Quem quiser votar, vota; quem quiser guardar o pronunciamento do deputado Fernando Coruja, aguarda.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mas, como o pronunciamento do deputado Fernando Coruja se trata exatamente do assunto do veto, ele poderia durante a votação abordar outro assunto, até para não ficar em branco aqui.

Agora, como ele vai tratar exatamente sobre o veto, deveríamos abrir para votarmos depois do pronunciamento dele ou de qualquer outro deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - De qualquer forma, v.exa. não deixa de ter razão, mas v.exa. não precisa votar enquanto o eminente deputado Fernando Coruja ou qualquer outro deputado estiver fazendo uso da palavra.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES (Intervindo) - Sr. presidente, se o deputado votar e a palavra do deputado Fernando Coruja for convincente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Vota de novo. Se v.exa. se convenceu do contrário, digita a senha e vota de novo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mesmo assim até aceito, se essa for a sua determinação, mas não concordo, acho que deveríamos abrir o painel para votar depois que o líder de governo falasse, pelo menos ficou convencionado isso na última sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, entendo que dessa vez v.exa. teria compreendido nesse conceito. O deputado Fernando Coruja vai falar depois do líder do governo, exatamente do governo que também é do deputado Fernando Coruja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Então, vamos fazer o seguinte deputado Serafim

Venzon, líder do PSDB, a votação dos próximos vetos nós só vamos abrir o painel quando encerrar a discussão, até para que v.exa. seja atendido e também a nossa determinação seja cumprida. Para este veto está aberto o painel, mas nos próximos nós vamos abrir o painel apenas depois que concluir a discussão.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, acho que há um equívoco por parte do meu líder, deputado Serafim Venzon.

Não tem que mudar a regra do jogo, não. Câmara Federal, Senado, qualquer Parlamento do Brasil. Abre a votação e a discussão continua. Se o orador me convencer que eu errei eu volto para minha senha e mudo o meu voto.

Então, não temos que mudar. Desculpe-me, deputado Serafim Venzon, mas essa é a regra de qualquer Parlamento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Como essa é a Casa das divergências e das convergências, abriremos o painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agora, sim, com a palavra o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, peço a atenção do líder do governo, deputado Silvio Dreveck, para a seguinte questão: a Constituição original, de 1988, deputado Silvio Dreveck, no art. 61, § 1º, preceitua o seguinte:

(Passa a ler.)

"§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública." Este era o texto original da Constituição de 1988.

Após isso, houve a Emenda Constitucional n. 32, que tratou das medidas provisórias. Esta emenda constitucional alterou esse art. 61, alínea "e".

Hoje não consta mais da Constituição a questão de que é de iniciativa a questão de estruturação e atribuições. O que diz o texto? Ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública" - isto se repetiu e está repetido no art. 50 da Constituição estadual -, "observado o disposto no art. 84, VI;"

O que fez essa emenda constitucional? Ela passou a permitir - e lá no art. 84, inciso VI, é a mesma coisa que tem no art. 71, inciso IV, da Constituição estadual - que o Chefe do Executivo não precisa mais de lei para mudar as atribuições de um órgão para outro. Ele pode fazê-lo por decreto. É a única situação chamado decreto autônomo, em que o decreto não precisa estar ligado a uma lei, porque o decreto sempre tem que estar ligado a lei. Não existe o decreto autônomo, como havia antigamente, o decreto somente regulamenta a lei.

Em que caso ele pode fazer isso?

(Passa a ler.)

"a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação e extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

Então, no meu entendimento, a Emenda Constitucional n. 32 tirou aquela vedação que havia de que o Parlamento pudesse iniciar o projeto de lei que mexesse na atribuição ou na função de órgãos executivos. E permitiu que o Chefe do Executivo o faça por decreto.

Mas há os casos que precisam de lei. Evidentemente que há muitos casos que precisam de lei.

Então, os casos que precisam de leis quando se trata de gastos com recursos públicos, hoje, segundo o art. n. 61 da Constituição, não está mais vedado ao Parlamento. E eu acho que temos que desenvolver essa tese. As decisões sempre são na mesma linha, dizendo que está vedado e pronto.

Mas onde está vedado? A Constituição que vedava era a Constituição original de 1988, a partir da Emenda Constitucional n. 32, esta vedação explícita não está mais. Então, acho que há suficiente razão para que se possa mudar a interpretação e entender que o Parlamento pode apresentar projeto de lei, que mexem com as atribuições do governo. É essa tese que estamos procurando defender.

É evidente que há decisões no Supremo dizendo o contrário após a Emenda Constitucional n. 32, mas insisto que é preciso que o Parlamento Catarinense, que o Parlamento Brasileiro, a partir dessa modificação, reconstrua essa atribuição, deputado Silvio Dreveck, peço, inclusive, que se consulte a Procuradoria, neste sentido, porque houve uma mudança no art. 61, da Constituição, e essa mudança não foi tratada, pois a Emenda Constitucional n. 32 mudou a art. 61, alínea "e" da Constituição, para que possamos, quem sabe, encontrar outro encaminhamento.

Eu acho que quando o deputado faz um projeto de lei, criando uma semana de alguma coisa, ele está procurando contribuir com o processo, está mexendo com a atribuição, isso não está vedado explicitamente. Acho que poderíamos mudar essa interpretação, encaminhar-nos para essa mudança, isso faria muito bem para o Parlamento Catarinense, às Câmaras de Vereadores e ao Parlamento Brasileiro, uma mudança naquilo que foi tradicionalmente interpretado anteriormente, porque a Constituição de 1988 tirou completamente neste aspecto o poder do Parlamento.

Não é o que acontece no Parlamento Americano, onde o presidente da república na maioria das

vezes não tem iniciativa no projeto de lei, ele tem que pedir para o seu líder do governo ir lá ao Parlamento e apresentar o projeto. O presidente americano não tem essa iniciativa que existe no Brasil.

Então, se não reconquistarmos esse poder do Parlamento - e eu peço que atentem para essa mudança com essa Emenda n. 32, na Constituição - o futuro do Parlamento é esse, sem nenhum poder. Fica sugerindo, fica carimbando, insisto nisso, e não é nenhum demérito para nós, mas acho que nós podemos encaminhar para mudar, e voto "não".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu consulto os srs. deputados se já exerceram o seu direito de voto.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos 19 votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.

Srs. deputados e sras. deputadas, vamos voltar agora ao roteiro original da Ordem do Dia, e quero pedir desculpas a todos os srs. parlamentares, pelo equívoco da Presidência com relação à condução dos trabalhos, até porque o nosso colega solicitou o que estava sendo votado, e eu acabei passando a folha para o meu colega deputado Mario Marcondes. Portanto, estamos retornando à pauta inicial da primeira folha da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0062/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0087/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Programa de Apoio aos Alunos com Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades nas escolas da rede de ensino público no estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas quero dar minha contribuição e dizer que não vejo por que o painel não pode estar aberto, pois durante a votação não está aparecendo se o deputado escolheu "sim" ou "não". Nós não vamos saber depois. Na verdade é, no mínimo, estranho. Mas vamos respeitar o pedido do deputado Serafim Venzon, até porque o voto pode ser alterado no decorrer da votação, se for esse o caso, se o orador for convincente à manutenção do veto ou pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Se v.exa. me permite quem sabe com sua manifestação convencemos o líder do PSDB para mudarmos o procedimento.

A palavra está com v.exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Com relação ao projeto de lei que foi vetado em 2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Programa de Apoio aos Alunos com Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades nas Escolas da Rede de Ensino Público de Santa Catarina, o governo entende que apesar do interesse social, a matéria tem seus vícios jurídicos que são intransponíveis.

Não estamos tratando do mérito, mas da constitucionalidade, e há invasão da competência do Poder Executivo ao criar atribuição de órgãos ou funções da administração pública em clara afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, e o PL também esbarra no aumento de despesa sem autorização orçamentária, sem a devida comprovação de previsão orçamentária ou de contrapartida financeira.

Veto com base nos arts. 32, 50, § 2º, inciso VI, VII e IV da alínea "a" da Constituição Estadual.

Então, sr. presidente, entendo a manifestação e reconheço o conhecimento do deputado Fernando Coruja, mas há uma ressalva: mesmo que a iniciativa possa ser do parlamentar, se não houver previsão orçamentária o governo tem razão em vetar, porque não há como executar o projeto.

Portanto, o nosso encaminhamento é pelo voto um, pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência informa que está aberto o painel para a votação.

O Sr. deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, apenas quero justificar minha indicação feita anteriormente. Quando os deputados ou o líder do governo manifestam-se referente ao veto, do ponto de vista ético, seria certo ao menos aguardar a abertura do painel, porque todos que estão no plenário também querem ouvir a opinião daquele deputado que está manifestando-se.

No Congresso Nacional, normalmente, abre-se a votação e vários deputados usam a palavra, mas são votações que demoram de 30 a 40 minutos. Já participei de votações que duram o tempo suficiente de uma viagem do Rio de Janeiro a Brasília e que dá tempo para fazer todos os acessos do aeroporto até o Congresso.

Por isso, apresentei antes o pedido de abrir o painel, somente depois, no sentido de que também se dê importância a algum orador que vá se manifestar sobre o veto.

E com relação a esse projeto, sr. presidente, ouvi atentamente o líder do governo, acho que ele está certo. Deve ser inconstitucional, até por se tratar de uma ação de governo que já deveria estar sendo adotada.

O estranho, deputado Darci de Matos, é que a secretaria da Educação tem a educação especial, que funciona.

Em muitas SDRs, em umas dez ou 12, está-se mantendo o integrador da educação especial, em muitas outras, a secretária de Educação cortou o integrador de educação especial. Quer dizer, às vezes a gente pensa que foi o governador que mandou cortar o integrador de educação especial, mas claro que não, tem alguém lá que deve estar minando, destruindo alguma coisa com relação à atitude do governo.

Por isso, meu voto é pela manutenção do veto, mas também quero aproveitar para expressar o meu questionamento pelo fato de a secretaria da Educação estar cortando os integradores nas SDRs se o motivo da sua existência é fazer exatamente isso. Quer dizer, derrubamos o veto e não dizemos nada à secretaria de Educação que corta uma ação que iria atender essa questão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Darci de Matos, antes de conceder a palavra a v.exa. informo ao deputado Serafim Venzon que o procedimento continua o mesmo. O painel será aberto e quem entender que deve ouvir as manifestações aguarda para depois votar; quem entender que já tem posição definida, pode votar a hora em que bem entender.

Então, não vai ser alterado o procedimento que foi feito até aqui.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, após esse pronunciamento esclarecedor do eminente deputado Serafim Venzon, não se faz necessário a minha fala, mas também considerando a defesa do meu líder de governo, quero apenas informar aos srs. deputados que a ideia do programa é exatamente divulgar os direitos da pessoa com deficiência que consta na Lei Estadual n. 15.115/2010, porque há muito desconhecimento.

Defendo a minha preposição, mas caso o veto seja mantido, vou transformar esse projeto de lei em indicação ao governo do estado.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Fernando Coruja, muito embora v.exa. tenha votado, mesmo assim, concedo a palavra a v.exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, apenas para argumentar sobre o que levantou aqui o deputado líder do governo, depurado Silvio Dreveck, nessa questão de que não há previsão orçamentária.

Ora, a Constituição já fala lá no art. 67 que não se pode iniciar programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

Então, o projeto que não está no Orçamento não pode evidentemente começar. Entretanto, muitos desses projetos estão incluídos em orçamentos inespecíficos, mas há muitos orçamentos inespecíficos, não precisa constar no Orçamento o nome específico do programa para que ele seja incluído.

Evidentemente, que se primeiro o projeto tivesse que estar no Orçamento para depois votarmos seria impossível, porque aí se não estivesse no Orçamento não poderíamos votar. É claro que não pode iniciar enquanto não estiver no Orçamento, mas nada impede que um projeto seja votado e seja colocado no Orçamento para ser aplicado no ano seguinte.

Então, parece-me que essa argumentação que utiliza a Procuradoria-Geral do Estado é muito frágil para declarar que um projeto de lei é inconstitucional.

Esse argumento pra mim é muito frágil!

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não

DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Esta encerrada a votação.

Votaram 32 sr. deputados.

Temos 20 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0066/2015...

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Com a concordância prévia do eminente líder do governo, deputado Silvio Dreveck, peço a retirada da pauta deste veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirado de pauta.

Conforme entendimento, quando há interesse do autor, retiramos de pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0070/2015, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0299/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que altera a Lei n. 15.171, de 2010, que impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou a terceiros.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu já conversei com todos os pares, aqui, na verdade, é o seguinte, só para fazer um histórico.

Nós somos o único estado brasileiro que tem uma legislação que garante ao segurado escolher uma oficina no caso de acionamento do seguro de um carro batido. Nós somos o único estado. Já temos, no momento, 18 outros estados que estão copiando a nossa lei.

Este veto não é da lei, a lei já está em funcionamento. Se qualquer cidadão catarinense que tem um carro segurado tiver um acidente, ele tem o direito de escolher a oficina, deputado Dalmo Claro.

O que as seguradoras estão fazendo hoje, presidente, é que, quando o cidadão diz que é de Santa Catarina, eles já sabem da lei, e aí a seguradora diz que realmente têm o direito de

escolher, mas se forem à oficina credenciada terão o desconto de R\$ 400,00 na franquia. Ou seja, é uma lei que está dando benefício para as pessoas e formando a concorrência.

O problema é que a lei que está em vigor, hoje, a 15.171, que foi derrubada pelo veto e sancionada por v.exa., deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia, ela não tem sanção para as seguradoras que por acaso não estão fazendo valer a lei, ou respeitando a lei.

Então, este veto, deputado Aldo Schneider, na verdade, cria algumas sanções para as seguradoras que não respeitarem a lei já em vigor.

Eu conversei com o nobre deputado Silvio Dreveck e com a minha liderança também, com o deputado Jean Kuhlmann, como este projeto não tem absolutamente nada a ver com o governo, porque trata do segurado e da seguradora, ou seja, é totalmente uma questão comercial, então eu entendo que nós poderemos votar, e eu peço vênias aos deputados aqui, que possamos votar dois para derrubar este veto e dar uma maior efetividade a esta lei que já está em vigor.

E volto a dizer, esta Casa tem o prazer, o nosso estado tem o prazer, de dizer que nós somos o único estado brasileiro em que a pessoa tem o direito a escolher a oficina quando tem o seu carro batido e está segurado.

Então, eu peço vênias aos deputados, que nós pudéssemos derrubar o veto.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aberto o painel.

O sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu respeito a defesa do meu colega deputado Kennedy Nunes, mas tenho que alertar o seguinte.

A Lei n. 15.171, que regulamenta a atividade das seguradoras, no estado de Santa Catarina, em prol dos consumidores, para alterar seus arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 10, 11 e 13, ajustando a redação, aumentando o controle sobre os atos das empresas seguradoras, adequando a lei de 2010 à ordem financeira atual, onde constavam valores em Ufir, passa a constar em reais. Definindo regras de configuração de reincidência aos infratores.

Pois bem, sobre a Lei n. 15.171 paira Adin no Supremo Tribunal Federal, na qual já consta parecer da Procuradoria Geral da República pela procedência da ação e declaração de sua nulidade.

Portanto, o governo defende o veto total baseado na premissa de que somente a união pode legislar sobre seguros, em conformidade com o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal.

Portanto, o nosso encaminhamento é voto um, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Silvio Dreveck, não é por que o projeto é do deputado Kennedy Nunes, mas parece-me que há um encaminhamento, por parte do governo, equivocado.

Primeiramente, a Adin está por ser julgada; deveríamos, portanto, aguardar o seu julgamento. Talvez seja até o caminho de nós retirarmos de pauta este projeto.

Em segundo lugar, esse projeto foi sancionado e já existe uma lei, porque tinha o princípio da legalidade.

E o julgamento do STF pode durar um ano, dois, três, quatro, cinco para julgar. Nós temos milhares de Adins para serem julgadas no Tribunal. Parece-me que o governo não vetou o projeto, na época em que foi vetado, e talvez o melhor caminho fosse nós retirarmos de pauta a votação e aguardar o julgamento da Adin, porque sinceramente do ponto de vista do conteúdo, ele traz benefício para o cidadão, sem nenhum prejuízo para o estado. Nós deixarmos de ter uma decisão nesse processo parece-me que é um encaminhamento equivocado do governo, não de v.exa. na defesa que faz aqui do ponto de vista do governo.

Mas parece-me que simplesmente mantermos o veto ou não é abrirmos mão de uma discussão que interessa ao cidadão, sem nenhum risco de prejuízo ao estado e que, por isso, temos que aguardar um pouco mais. Ou se nós tivemos que voltar e derrubar o veto para aguardar o julgamento, talvez fosse prudente. Mas faço esse registro do ponto de vista de opinião pessoal e não de encaminhamento de votação.

O Sr. Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, temos duas situações que vão ajudar a exemplificar a situação. No Brasil sempre havia leis estaduais proibindo a comercialização de amianto e também proibindo o consumo de cigarro. O Supremo sempre declarou inconstitucional, porque apenas podia legislar sobre direito comercial o STF. O projeto continuou o mesmo, mas houve uma mudança de direcionamento, começou-se a se dizer, nós não estamos legislando sobre direito comercial, estamos legislando sobre direito da saúde, vedando a comercialização de amianto, porque é direito à saúde. O Supremo passou a considerar constitucional. Aqui evidentemente se for direito ao seguro, é inconstitucional, mas sem focar, como se direito ao consumidor, que está no art. 5º, inciso XXIV, é outro viés.

Então, podemos perfeitamente dizer que estamos legislando aqui sobre direito do consumidor. E aí o projeto é constitucional. Claro a discussão no Supremo evidentemente ninguém aqui sabe o que o Supremo vai dizer, porque no Supremo as votações dão seis a cinco. Agora, acho perfeitamente que dá para dizer que é direito do consumidor e votar pela constitucionalidade com essa argumentação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas para esclarecer, a nossa lei que já está em vigor e que foi aprovada por esta Casa, não mexe no direito do consumidor, mudamos a ementa, a época. A nossa lei estadual diz que é obrigação das seguradoras dizerem ao segurado que ele tem direito. Esse direito já está feito no código do consumidor. Então, por isso, nós aprovamos a lei. A lei diz que a seguradora tem que ter a obrigação de dizer para o segurado, você tem o direito lá no código do consumidor. Então, não estamos mexendo no código do consumidor. Por isso, peço de novo essa questão, para que possamos não ficar nada meio desentendido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Só para contribuir com o deputado Fernando Coruja. O comentário que v.exa. fez vem exatamente ao encontro da nossa situação. É apenas uma questão de interpretação. O que ele diz é que está sendo abordado é matéria de direito, portanto, passível de legislação estadual. Se fosse só a regulação de seguradora e segurado é uma relação federal. Portanto, também concordo com a tese do deputado Fernando Coruja, mas entendo que se houver entendimento do governo e também de v.exa., podemos votar ou não, já está em aberto a votação, mas se houver entendimento dos srs. líderes, anulamos a votação, uma vez que não tem resultado conhecido. Parece-me mais prudente. É uma sugestão que faço.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Se v.exa. me permite, a lei já está em vigor. Isso pode levar um ano, até dois no governo, portanto, peço que votemos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então vamos votar.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não

DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 31 votos "não" e quatro votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.590/2014, que dispõe veto total ao Projeto de Lei n. 0017/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Semana Estadual do *Check-*

up Infanto-Juvenil na rede pública de saúde do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Silvo Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, o governo diante da instituição da Semana Estadual do *Check-up* Infanto-Juvenil, na verdade, terá que contratar pessoas e adquirir equipamentos para fazer os exames.

Portanto, mais uma vez, o governo, baseado nos arts. 32, 50, § 2º, inciso II e III, e o art. 123, da Constituição Estadual, faz o encaminhamento pelo veto, portanto, voto um, pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.591/2014, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0019/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, podemos constatar que são milhares de mulheres acometidas por essa doença, com os sintomas, mas que, na maioria das vezes, por falta de conscientização e acesso a redes que possam levar o conhecimento, acabam tendo que conviver com essa doença sem saber o que realmente têm.

Por essa razão, esse é um trabalho de conscientização. Estamos trabalhando pela derrubada do veto.

Eu tenho certeza e convicção, sr. presidente, de que muitas vezes o excesso de zelo por parte da Procuradoria-Geral do Estado faz com que projetos dessa natureza acabem perdendo-se.

Por isso, peço voto dois.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sinto-me na obrigação de ocupar o microfone de aparte para falar sobre do veto total ao PL n. 0019/2013, de autoria do deputado Valmir Comin. E vejam v.exas. que coincidência. O veto anterior foi mantido e a ementa, nos dois projetos de lei, a princípio, parecem iguais.

O projeto de lei do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a Semana do *Check-up* Infanto-Juvenil na Rede Pública Estadual de Saúde, e dá outras providências, foi aprovado nesta Casa e foi vetado pelo governador. Os argumentos fundamentais usados para opor veto foram dois. O primeiro deles, é o de gerar despesa; e o segundo, esdruxulamente, mais uma vez, é baseado no art. 32 da Constituição do Estado, que é o da independência dos Poderes.

Mas vejamos v.exas., a ementa do projeto do deputado Valmir Comin institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Os argumentos do governo para opor veto a este projeto são os mesmos do projeto anterior: aumento de despesa e o art. 32.

Mas eu pergunto a v.exas: está escrito neste projeto de lei que, ao ser instituída esta semana, obrigatoriamente, a secretaria de estado da Saúde é que deverá fazer essa promoção?

Não, deputado Kennedy Nunes! Contrariamente, o projeto do deputado Carlos Chiodini, diz respeito à rede pública estadual de Saúde. Mas aqui não! Acho esdrúxulo vetarem dois projetos de lei com os mesmos argumentos, tendo eles como finalidade entidades diferentes para promover a semana. Tanto, srs. deputados, que quando este projeto tramitou na comissão de Constituição e Justiça, o relator, que foi o deputado Serafim Venzon, ao emitir o seu relatório e o voto preliminar, solicitou diligência não à secretaria de estado da Saúde, mas à sociedade de Obstetrícia e Ginecologia de Santa Catarina. Portanto, uma sociedade de caráter privado.

O projeto restou aprovado na referida comissão e, ao ser instituída a tal semana, não a secretaria de estado da Saúde, mas a Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia promovesse a semana da prevenção em favor da mulher catarinense. Mas o projeto seguiu para o governo do estado e, no meu entendimento, salvo melhor juízo, o Poder Executivo não poderia nem remeter à PGE, deveria de plano e de pronto sancionar a lei porque não será competência do Poder Executivo tratar desta semana.

Mas, erradamente, foi remetido à secretaria de estado da Saúde e à PGE, que usa os mesmos argumentos: aumento de despesa, que é competência privativa do governador; bem como o art. 32, que diz respeito à separação dos Poderes.

Mas o mais importante, srs. deputados, e sr. presidente, é que quando da passagem deste projeto na secretaria da Saúde, o consultor jurídico, que

não tem competência para dizer se o processo é constitucional ou inconstitucional - pois os consultores jurídicos das secretarias de estado têm que tratar um projeto de lei como matéria inserida e não da constitucionalidade, porque isso é competência da PGE -, observou, na parte final do seu pronunciamento, o seguinte: "Desta feita, em que pese a área técnica ter-se manifestado favorável à proposta do projeto de lei, a secretaria de estado da Saúde, a parte técnica, é favorável a esta semana". Mas ao final consta: "Por ser inconstitucional e infringir o art. 32 da Constituição do estado, ele solicita o veto tendo em vista a sua inconstitucionalidade."

Então, srs. deputados, sras., deputadas, não vejo qualquer razão, no meu entendimento, salvo melhor juízo, para mantermos o veto. Não vejo qualquer motivo para manter o veto, porque não haverá aumento de despesa, já que não será a secretaria de estado da Saúde que fará a promoção da semana, mas a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O deputado Marcos Vieira falou claramente o que diz a lei. A lei é fria e morta.

Mas peço vênica aos srs. deputados para que, quando forem digitar o número com o dedinho, lembrem que esta lei reflete diretamente nas mulheres que têm uma cólica enorme e a infelicidade de não serem mães. Pensem nisso!

A Endometriose é isso. E há muitas mulheres que tem a doença e não sabem. Por isso, a necessidade da campanha.

Então, quando forem votar, lembrem-se de que há muitas mulheres que tem Endometriose, não podem ser mães e sofrem muito, com dores maiores do que as do parto, durante o seu ciclo menstrual.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Silvio Dreveck, o deputado Kennedy Nunes, fez às vezes do líder da Oposição; depois v.exa. faça às vezes de líder do governo para ficar equilibrado.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, um dos projetos e dos vetos que foi retirado diz respeito ao teste da linguinha, para o qual eu chamei a atenção de v.exas outro dia, foi declarado inconstitucional. Mas queria lembrar ao deputado José Nei Ascari, que propôs e retirou a matéria, que no Congresso Nacional o deputado Onofre Santo Agostini apresentou o mesmo projeto, que foi aprovado e a presidente Dilma Rousseff o sancionou. O mesmo projeto foi sancionado no Congresso Nacional, onde não se entendeu que era inconstitucional.

Eu chamo atenção, repetindo mais uma vez, que vários projetos que criam atribuições para o Sistema Único de Saúde - SUS -, não foram considerados inconstitucionais, como aquele que determina que o estado forneça fitas para fazer teste nos diabéticos.

E neste caso, levanta muito bem o tema, o deputado Marcos Vieira, que não estamos tratando de um órgão do governo. E lembro que a questão básica não é se aumenta ou não as despesas, e a Constituição Federal no seu art. 63 preceitua que: "Não será admitido aumento de despesa prevista apenas nos projetos de iniciativa exclusiva do presidente da República". Quer dizer, nos que não forem de iniciativa privativa do presidente, esta Assembleia Legislativa pode criar despesa. Há largas decisões sobre isto. Neste caso não estamos tratando de criar atribuições nem despesas, o que poderíamos fazer.

Então, é evidente que votar "não" a este veto é uma afirmação do poder soberano desta Assembleia Legislativa.

Eu voto "não"!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, apenas para esclarecer, porque também tenho obrigação de esclarecer e fazer a minha manifestação. Na ementa do projeto que foi votado e mantido o veto, de autoria do deputado Carlos Chiodini, está escrito o seguinte: "Que institui a Semana Estadual de Check-up Infante-Juvenil na rede pública de saúde do estado de Santa Catarina."

Portanto, está claro que é um órgão de governo da Secretaria da Saúde.

O projeto do deputado Valmir Comin, meu colega e amigo correligionário, traz na sua ementa: "Que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose"

Mas não diz se é a instituição privada ou pública que vai fazer a sua promoção. Portanto, estou fazendo este esclarecimento para não entenderem que foi mantido o veto ao projeto anterior e que não se tratava de despesa no setor público. Trata-se, sim! E como não há previsão no Orçamento, não havia como derrubar o veto.

E nesta condição, respeitando o deputado Valmir Comin, há um excesso de zelo no caso do projeto dele, mas no outro projeto está claro que se trata de um órgão público.

Portanto, continuo mantendo a defesa pela manutenção do veto, votando um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LAZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos cinco votos "sim" e 29 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0028/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui a Semana Estadual da Orquídea "Laelia Purpurata".

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei 0422/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que institui a Semana de Prevenção ao Aborto no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, apenas para dizer que o projeto de minha autoria, segue a mesma tendência do pronunciamento do deputado Marcos Vieira. A Associação Orquidófila de Santa Catarina quer promover esse trabalho sem nenhum ônus para o estado, divulgando a flor símbolo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O projeto está coberto de bons motivos deputado Gean Loureiro.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos vieira - Sr. presidente, daqui a noventa dias vou ocupar o microfone de aparte também para fazer a defesa do projeto pela derrubada do veto do projeto do deputado Gean Loureiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Certo, deputado Marcos Vieira, já está fazendo com antecedência.

Discussão e votação do Projeto de Conversão em Lei n. 0199/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que revoga a Medida Provisória n. 198, que fixa remuneração básica do professor admitido em caráter temporário e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0299/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0300/2015, 0301/2015 e 0307/2015 de autoria do deputado Leonel Pavan; 0302/2015 e 0304/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro; 0303/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0305/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja; 0306/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0308/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0309/2015 e 0310/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; e 0312/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi.

Comunica, outrossim, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0323/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0324/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0326/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0327/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0328/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0329/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0330/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0331/2015, 0332/2015, 0333/2015 e 0334/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0335/2015, de autoria da deputada Luciane Carminantti; 0336/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0321/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, solicitando a constituição de Fórum Parlamentar para o incentivo do desenvolvimento de políticas públicas para geração de eletricidade por meio de fontes renováveis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0325/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao presidente do Deinfra, solicitando informações acerca do repasse de recursos financeiros para a revitalização da ponte pênsil sobre o Rio Mampituba, no município de Passo de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0047/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviada ao sr. Ricardo

Kuerten Dutra, manifestando congratulações pela passagem dos 47 anos de fundação da Orcali.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0048/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à Procuradora Regional do Trabalho da 12ª região, parabenizando-a pelo recebimento do prêmio *Tribute of Inspiration*, em reconhecimento ao combate ao manuseio, utilização e industrialização do amianto, no país.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0049/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada ao presidente do Ibama, solicitando fiscalização ostensiva aos limites de área de frota industrial, pesca de cerco, e a prática de esportes como motonáutica e vela, e atendimento à instrução normativa que determina período de pesca e defeso da tainha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de n. 0050/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes, a ser enviada ao Padre Hélio da Cunha, da Paróquia Santo Antônio, bairro Campinas, em São José, manifestando apoio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0051/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao governador e aos deputados estaduais do Paraná, manifestando repúdio à ação do governo daquele estado, que empregou violência e ação desproporcional contra os trabalhadores da Educação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Solicito votação nominal, sr. presidente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Gostaria de sugerir que não seja feita votação no painel, sr. presidente. Solicito que v.exa. coloque em votação e quem for contra que se manifeste. O meu encaminhamento é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não temos quórum o suficiente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, solicito a v.exa. que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Em discussão a Moção n. 0051/2015.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Esta rejeitada a Moção n. 0051/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0052/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do Estado e demais autoridades, manifestando apoio à luta dos trabalhadores da Rede Pública Estadual de Educação e apelando por abertura imediata das negociações para atendimento da pauta de reivindicações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0091/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, a ser enviado ao governador do estado e demais autoridades, solicitando informações acerca das obras de pavimentação da Rodovia SC-483, no trecho que liga os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0097/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca das obras de pavimentação asfáltica no distrito Barra do Leão, em Campos Novos até Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0098/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e demais autoridades, solicitando informações acerca do funcionamento, custos e abrangência dos radares e estações meteorológicas automáticas telemétricas do estado, e sobre ações para prevenção de desastres naturais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0099/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá, solicitando informações acerca do repasse de recursos financeiros para a revitalização da ponte pênsil sobre o Rio Mampituba, no Município de Passo de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0100/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, a ser enviado ao governador do Estado, solicitando informações acerca do concurso público do IGP para as funções de auxiliar de criminalística e auxiliar de laboratório, homologado em 01/12/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0101/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca da obra de revitalização da Rodovia SC-355, entre os municípios de Concórdia e Jaborá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, todos os srs. deputados já fizeram as suas manifestações e queria fazer uma manifestação para parabenizar a nossa querida Polícia Militar de Santa Catarina, que hoje completa 180 anos, e aos nobres guerreiros da Polícia Militar. Vou fazer uma homenagem cantando:

"Salve PM catarinense

O teu nome havemos de honrar

Na batalha que o bem sempre vence

Para a lei na vanguarda ficar

Na batalha que o bem sempre vence

Para a lei na vanguarda ficar."

É a minha homenagem a esta corporação da PM. Se há uma honraria que guardo com muito carinho, é uma medalha que eu recebi de Amigo da PM. E isso, com certeza, me faz muito melhor.

Por isso, os nossos parabéns, desde o comando até os praças, desde os que estão na ativa e todos

aqueles que nestes 180 anos fizeram a história dessa Polícia Militar Catarinense, lembrando que este Parlamento e o governo atual fez tantas benfeitorias para a Polícia Militar que, no concurso passado, sobraram vagas. Mas neste, agora, que está em andamento, para o policial masculino já está em média de 15 por vaga. E para o PFem, policial feminino - e presto minha homenagem a Mirian, que está aqui -, está 123 candidatas por vaga. Por isso, a minha grande homenagem a todas as policiais femininas, especialmente a Mirian e a Santina que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Kennedy Nunes, parabéns pelo hino, pela música. Muito bem, aprendeu a lição de casa.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dirigir a minha fala ao município de Itaiópolis, mais precisamente à etnia polonesa.

(Passa a ler.)

"O dia 03 de maio foi a data escolhida para a independência da Polônia e essa data se refletiu aqui na Assembleia Legislativa com a criação da Lei da Imigração Polonesa do Estado de Santa Catarina.

A etnia polonesa é uma etnia sofrida, uma etnia corajosa, uma etnia que tem perspicácia. A etnia polonesa é uma etnia que fez a diferença, principalmente na cidade de Itaiópolis, onde a fé é o principal valor.

Lá em Itaiópolis mostra-se, com muita veemência, a fé. Estivemos lá, ontem, naquela cidade, recebendo uma importante homenagem da Câmara de Vereadores, do seu presidente Waldir Venturi, juntamente com o vereador Krajevski, que apresentou a lei criando o Dia de Imigração Polonesa em nível de município.

Então, estivemos lá nesta importante homenagem, onde mais de 20 polonesas foram

homenageadas, pessoas de idade avançada, pessoas que refletiam, na tez do seu rosto, sofrimento, luta, diversificação entre a família. Mas uma coisa importante, todas essas pessoas unidas em prol da sua família, de ter o sustento da sua família, de fazer a sua família crescer, de ver os seus filhos nas escolas, nas universidades, de ver a pujança daquele município.

O prefeito Zezinho lá se encontrava, e muito nos honrou com a sua presença. Gostaria de dizer que Itaiópolis mostra a pujança do planalto norte, que se faz como sendo o município que mais crescimento teve durante este último ano, isso devido à agroindústria.

A agroindústria está em pleno vapor no município de Itaiópolis. E o seu crescimento vai fazer com que a população tenha mais desenvolvimento, bem-estar social, qualidade de vida. Enfim, Itaiópolis está de parabéns com o nosso viva à etnia polonesa de toda Santa Catarina."

Também quero reportar-me à visita do secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável do estado de Santa Catarina, deputado Carlos Chiodini, que esteve na bancada do PMDB mostrando como funciona a sua secretaria. Está aqui o organograma da sua secretaria que mostra a pujança da secretaria, com suas particularidades, com várias estruturas que hoje existem. Então, parabéns ao nosso secretário e que continue desenvolvendo o papel importante na sua secretaria, que exerce hoje no governo Raimundo Colombo.

É verdade que nós temos que falar um pouquinho também da nossa saúde. Secretário Kleinübing, vai aqui o nosso pedido para que faça os pagamentos atrasados da secretaria da Saúde aos hospitais, aos médicos. Enfim, que pague o pessoal da Saúde em Santa Catarina. Sabemos que v.exa. assumiu há apenas quatro meses a secretaria da Saúde, mas para entender de matemática e de pagamento não precisa ter muito conhecimento. Espero que v.exa. cumpra com os dispositivos constitucionais e honre os compromissos da secretaria da Saúde.

Quero aqui também relatar a importante reunião que tivemos na última quinta-feira, com a associação e Federação dos Hospitais Filantrópicos, que lutam pela subsistência, que lutam com a famigerada tabela do SUS, que não paga o justo pelo trabalho, que os hospitais realizam. Mas temos certeza de que a nossa Saúde está direcionada àqueles que resolvem os problemas da Saúde. Quem resolve o problema da Saúde hoje em Santa Catarina? São os médicos especialistas. São eles que dão o veredito, a atenção básica, o atendimento que é feito é um dos melhores no país. Temos a excelência, que são os especialistas e precisamos dar valor a eles, temos que, se possível, até dobrar o número de especialistas. E para que isso aconteça, daqui a três anos, quando os novos especialistas estiverem formados, comecem a dar solução ao momento da saúde.

A saúde, a longo prazo, depende de aumentarmos o número de especialistas. Por quê? Porque são os especialistas que resolvem o problema de saúde do estado de Santa Catarina. Para isso os programas de residências médicas tem que ser melhorados, tem que ser ativados e, acima de tudo, tem que fazer com que os programas de residências médicas tenham a excelência, que é o conhecimento, a sabedoria. E essa sabedoria, sr. secretário, não se conquista com obras do governo do estado, essa sabedoria os médicos especialistas conquistaram na faculdade de Medicina, conquistaram, acima de tudo, por esforço próprio de cada médico para investir na sua profissão.

Então, é o momento da secretaria da Saúde investir em nossos especialistas para que possamos no futuro colher essa ação, que é importante para o estado de Santa Catarina. É uma visão diferente, é a visão do conhecimento, da sabedoria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Eu acho que o assunto é de extrema importância, não apenas para a sociedade catarinense, mas para a sociedade brasileira.

E o encontro que tivemos aqui com as associações, federações privada e filantrópicas, realmente trouxe-nos um cenário um tanto quanto assustador e buscando a responsabilidade efetiva do poder público para solucionar o problema da nossa saúde, ou pelo menos amenizar, para que a população catarinense tenha um melhor atendimento.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Antônio Aguiar pelo seu pronunciamento, mas temos que reconhecer que a saúde em Santa Catarina prestada pelo governo do estado está com deficiência, está doente.

A cada momento recebemos reclamações dos donos de hospitais privados, mas muito mais dos públicos, que estão em decadência, estão doentes.

Infelizmente, o estado não está cumprindo, ou pelo menos atendendo aos anseios populares e de administrações públicas de Santa Catarina.

Eu vou dar um exemplo. O hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú, colocou 100% SUS sem nenhuma arrecadação para ajudar a manter o hospital; e esse hospital está prestes a fechar se de repente não houver socorro por parte do governo do estado e ele atende toda a região, diversas cidades. E nesse ponto tem razão os prefeitos e vereadores quando reclamam que o estado não atende hospitais desse porte, dessa grandeza.

Eu quando fui governador do estado designei R\$ 360 mil/mês, mas, infelizmente, o atual prefeito não quis assinar. Mas acho que o governo do estado deveria olhar melhor para os hospitais municipais e hospitais dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

O próximo orador inscrito é o deputado Gean Loureiro, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados. Quero, inicialmente,

cumprimentar a nossa brava Polícia Militar de Santa Catarina que orgulha a todos nós. E ousou dizer aqui que temos a melhor polícia de todo o Brasil, pelo seu caráter de formação, pela qualidade dos profissionais que a compõe, pela educação que tem, pelo zelo com o estado, com a ordem pública e com a lei. Mesmo diante de todas as dificuldades continua firme, combatente, buscando cada vez mais o seu valor e o seu reconhecimento na sociedade.

E não poderia deixar aqui de homenagear inicialmente todos os soldados da Polícia Militar, os cabos, os sargentos, os subtenentes, os tenentes, os capitães, os maiores, os tenentes-coronéis e os coronéis da Polícia Militar. Temos que valorizar o trabalho da Polícia Militar, que precisa de incentivo e apoio.

Deputado Leonel Pavan, hoje completamos mais um aniversário da nossa gloriosa Polícia Militar e, neste momento, faço o registro de um projeto de emenda constitucional de minha autoria, assinado por diversos deputados, que define o novo critério de escolha do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina.

Trata-se de um processo mais democrático que permite, através de uma lista tríplice, não tirar o direito do governador do estado de fazer a sua escolha, mas queremos fazer com que essa escolha seja amparada por toda uma categoria seguindo os moldes que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e de outras instituições. Esse projeto visa valorizar e democratizar.

E como sei, deputado Leonel Pavan, que v.exa. também é autor de um projeto de emenda constitucional semelhante direcionado à Polícia Civil, neste dia em que comemoramos mais um aniversário da nossa gloriosa Polícia Militar não poderia deixar de pedir o apoio desta Casa Legislativa, da comissão de Constituição e Justiça, para que possamos ter um trâmite rápido.

Quero dizer mais, esse pedido não partiu do deputado Gean Loureiro mas da unanimidade dos integrantes da Associação de Oficiais Militares de

Santa Catarina - Acors. É óbvio que eles entendem ter uma unanimidade no seu contexto e queremos que haja uma lista encaminhada àqueles que têm legitimidade para, efetivamente, conduzir a Polícia Militar.

Então, faço um apelo a este plenário para que, neste dia, possamos trabalhar em prol disso.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Gean Loureiro, primeiro quero cumprimentá-lo por v.exa., homenagear a Polícia Militar. Nós também já fizemos isso, anteriormente, falando sobre o concurso público que realizei e que possibilitou mais de três mil novos policiais em 2010. Aliás, o concurso foi realizado em 2010, mas muitos policiais adentraram à Polícia Militar ao longo desses anos em que o governador Raimundo Colombo está no governo.

Mas quero apenas dizer que o seu projeto vem ao encontro daquilo que pensamos, porque apresentei um projeto - como v.exa. acabou de citar - para que o chefe de polícia da Polícia Civil indique, através de uma lista tríplice, alguns nomes para o governador escolher um. Isso acaba com a indicação político-partidária. A segurança terá pessoas escolhidas pela competência, pelo conhecimento, pela ética, pelo trabalho desenvolvido, por tudo que ela possa fazer de melhor para a segurança de Santa Catarina.

Então, quero aqui cumprimentá-lo pelo seu projeto que vem ao encontro do meu.

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Gean Loureiro, parabéns pelo seu projeto e parabéns à Polícia Militar pela passagem dos seus 180 anos de existência.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Apenas quero dizer que o projeto tem, sr. presidente, o

objetivo de democratizar a escolha. É óbvio que tivemos, no decorrer da história, comandantes que orgulharam e orgulham a Polícia Militar, mas queremos que o processo possa ser mais democrático.

Aproveito este horário, sr. presidente, para fazer um registro de grande importância, deputado Cesar Valduga. No dia 1º de maio tivemos as comemorações da abertura da safra da tainha em Florianópolis. Há muito tempo atrás isso passava em branco, mas, hoje, numa iniciativa da Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche, o sr. Getúlio, a quem cumprimento pela história na pesca artesanal em Florianópolis, pela tradição, organizou, mais uma vez, a 10ª missa de abertura da safra da tainha, em Florianópolis.

Há de se registrar também que o vereador Vanderlei Farias, o Lela do Campeche, da região do sul da Ilha, foi um dos grandes organizadores e apoiou esse grande evento que iniciou no dia 30 de abril com grandes festividades e fogos de artifícios.

No dia 1º de maio começaram as festividades com um grande café da manhã no Rancho de Pescadores do Getúlio, o mais tradicional do Campeche, onde toda a comunidade se envolveu. Lá foi realizada uma grande procissão e uma missa com a participação de milhares de pessoas na praia do Campeche, num dia abençoado de sol, um dia lindo, com a participação ampla de toda a comunidade, de todas as lideranças e de todos os pescadores.

Teve uma programação cultural intensa com realização de roda de capoeira, de grupo de Boi de Mamão, com o Grupo Musical Gente da Terra. Houve corrida de canoa de estiva, mas muito mais que isto, o fator preponderante, além da benção do padre Maurício na missa da abertura da pesca da tainha, foi talvez, não de maneira inédita, mas o componente da busca da paz, deputado Cesar Valduga, já que temos um histórico de atritos entre surfistas e pescadores do nosso litoral, e que nesta missa estavam reunidos surfistas e pescadores levantando a bandeira da paz.

Pela primeira vez foram definidos os pontos onde se pode exercer a prática do surfe e os pontos exclusivos da pesca da tainha, para que a prática do surfe não afugente as nossas tainhas. Que o confronto existente em anos anteriores agora se torne motivo de união e integração na Ilha de Santa Catarina.

Quero cumprimentar a todos que participaram desse grande acordo, dessa possibilidade de integração, dessa busca pela paz, através das Federações dos Surfistas, de todos os surfistas e pescadores, que entenderam que é possível conciliar a prática do surfe com todos os cuidados que devemos ter para que a safra da tainha seja a melhor possível.

Nesse sentido, convido todos para desfrutar de um dos mais belos pratos da gastronomia da ilha de Santa Catarina, de todo o litoral catarinense, que é a nossa tainha.

Que Deus possa nos abençoar, como foi dito na missa, e possa nos presentear com uma das mais belas safras da tainha de todos os anos, e que os nossos pescadores possam tê-las em abundância e, que muito mais que subsistência, que alimentação, temos que incentivar e apoiar a divulgação turística do trabalho que é realizado através da pesca da tainha, que mantém a cultura de Florianópolis e do litoral catarinense.

Por tudo isto, meus cumprimentos à Federação Catarinense de Pescadores, à Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, ao vereador Vanderlei Farias, a todo o seu gabinete que ajudou a organizar esse trabalho, ao empresariado local do bairro Campeche que esteve junto, à Associação Comercial, a todos os integrantes da sociedade do sul da ilha de Florianópolis que se envolveram nesse belo trabalho. Quiçá possamos ter a mais bela safra da tainha e que a paz possa predominar cada vez mais no relacionamento entre pescadores e surfistas elevando o nome de Florianópolis e de Santa Catarina. Parabéns a todos e que venha muita tainha para a felicidade dos nossos pescadores e da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Parabéns pelo pronunciamento deputado Gean Loureiro. Gostaria, no momento em que estivessem preparando uma tainha, convidasse-nos, porque uma tainha escalada aceitaríamos com toda certeza.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Cesar Valduga, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar v.exa., os nossos deputados, a população catarinense, também gostaria de cumprimentar e parabenizar a Polícia Militar pela passagem dos seus 180 anos de fundação, festejando com promoções de praças e oficiais que estão acontecendo no estado de Santa Catarina através de solenidades, com promoções de novos policiais.

Então, queremos saudar e parabenizar toda nossa Polícia Militar de Santa Catarina, assim como a Aprasc, que desenvolve um trabalho muito importante junto a esta corporação.

Sr. presidente, quero falar também sobre o que aconteceu nos municípios de Xanxerê, Ponte Serrada e Passos Maia, no dia 20 de abril, numa segunda-feira.

(Passa a ler.)

"Em Xanxerê, cidade com 47.679 habitantes, foram danificados nove prédios públicos; 2.188 casas e 38 empresas. Um prejuízo estimado em R\$ 104,5 milhões. Em Ponte Serrada, município com 11 mil habitantes, o tornado danificou uma instalação pública, 352 residências e 31 empresas, o que representa 80% da área industrial do município. O prejuízo estimado foi de R\$ 9 bilhões."

Naquele dia em Ponte Serrada, juntamente a secretária da Assistência Social, Angela Albino, nos deparamos com o prefeito que recém havia saído do hospital enfrentando problema de saúde. E fomos lá prestar solidariedade àquele povo tão sofrido. Mas somente a solidariedade não basta. E quero parabenizar todos os órgãos públicos do nosso estado. Não quero me manifestar sobre os CGCs ou CPFs de voluntários, de ajuda humanitária, de

outros estados e tantas outras cidades, não só de Santa Catarina, mas de todo Brasil.

(Continua lendo.)

"Segundo a Defesa Civil, em Xanxerê 4.275 pessoas ficaram desalojadas e 539 desabrigadas. Houve três mortes e 97 feridos. Em Ponte Serrada foram 27 feridos, 1050 desalojados e 77 desabrigados.

Quando vemos a situação em que as casas ficaram nos surpreendemos que o número de feridos e mortos não tenha sido maior. É claro que não gostaríamos de ver ninguém ferido, que não queríamos nenhuma morte, mas ao ver a situação das cidades após o tornado, apenas podemos pensar que dezenas ou mesmo centenas de vidas foram salvas por um milagre.

Uma verdadeira força-tarefa foi montada para reconstruir as cidades. Não vou citar todos os profissionais envolvidos porque me alongaria demais, mas posso dizer que são muitos da Polícia Militar, Civil e Rodoviária, Ambiental, Exército, Casan, Celesc, secretarias de estado, secretarias municipais, Samu, Hospital Regional São Paulo, de Xanxerê; Hospital Regional de Chapecó e incontáveis voluntários.

Estive em Xanxerê quase todos os dias desde o ocorrido. Familiares da equipe do nosso mandato foram atingidos. Tivemos amigos com as casas e empresas destruídas. Durante esses dias vi muita destruição, muito sofrimento, mas também vi muita solidariedade, muita gente com vontade de ajudar o próximo.

Isso movia aquele povo e aqueles que solidarizaram-se e ajudaram, de um jeito ou de outro.

A presença dos profissionais do estado, e aqui quero destacar a secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, a ex-deputada e secretaria Angela Albino. Dos 226 homens do exercito enviados pela presidente Dilma também foi muito importante porque trouxe segurança e conforto àquela população que passa por tamanha dificuldade. A vinda da presidente Dilma também foi importante, assim como a questão do anuncio de alguns milhões

de reais, que certamente traz um alívio a mais para aqueles que não têm condições de reconstruir as casas com os seus próprios recursos.

Os financiamentos do Badesc, anunciado pelo governo do estado que - e aqui quero parabenizar também a sempre presença do governo do estado no município de Xanxerê, quando do ocorrido, assim como diversos deputados, senadores, vereadores, prefeitos, sem siglas partidárias -, numa ação conjunta, suprapartidária, numa ação humanitária e de solidariedade, ajudaram toda aquela população.

Apenas resta, sr. presidente, deixar os parabéns a todos que, de uma forma ou de outra, mesmo de longe, ajudaram, seja depositando nas contas algumas contribuições, também a administração municipal, os vereadores, o prefeito, que teve visão administrativa, a Defesa Civil, que fez um trabalho importante, tanto a Estadual quanto a Federal, estavam lá organizando tudo naquele momento de apavoramento, de dificuldades, de angústia e de sofrimento. E lá sentimos que o nosso povo brasileiro é solidário e buscou todas as forças para encontrar as soluções pertinentes para minimizar o sofrimento daquele povo de Passos Maia, Xanxerê e Ponte Serrada. A própria mídia também fez um papel importante na divulgação e publicidade, pedindo o gesto dos irmãos catarinense e brasileiros para alcançar apoio e ajuda naquele momento tão difícil.

Então, sr. presidente, eram essas as palavras. Quero deixar aqui a nossa manifestação, a nossa solidariedade, mas agora é momento de reconstrução também, porque só solidariedade não resolve. Que venham os financiamentos. Foi anunciada, através do governo federal, a liberação do FGTS pelo governo do estado, a juro zero, através do Badesc, mas que tenhamos também outras iniciativas como a da secretária da Assistência Social, viabilizando todas as hipóteses para habitação, atividades sociais, psicológicas, e que essas atividades sejam desenvolvidas no decorrer, não apenas desse período de angústia, mas daqui para frente, porque numa cidade onde houve uma destruição de 30%, não

é em apenas um dia, um mês ou em até um ano que se reconstrói. Isso pode levar anos ou até décadas.

Quero deixar o meu abraço, sr. presidente. Obrigado pela atenção, obrigado deputado José Milton Scheffer, por nos acompanhar.

Parabéns ao povo catarinense e brasileiro que nos estenderam a mão neste momento tão difícil que vivemos em Santa Catarina.

O nosso forte abraço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Eu quero fazer elogios ao seu pronunciamento, deputado Cesar Valduga. V.Exa. que é da região do oeste, viu tudo de perto.

Eu estive lá algumas vezes e senti realmente a necessidade de cada um. E as suas palavras certamente relatam a verdade de tudo aquilo que aconteceu. A verdade vem daqueles que estão ajudando, atendendo.

Eu estive também lá no oeste, também sou do oeste, morei em Ponte Serrada até os meus 18 anos, também em Xanxerê, Chapecó, conheço bem aquele povo lutador, trabalhador. São pessoas de mãos calejadas, que levantam cedo para ir pra lavoura, pra roça, como dizem os mais antigos, pessoas que lutam no dia a dia. Lá não tem essa história de trabalhar apenas oito horas, eles começam cedo e vão até a noite, seja com sol, chuva ou geada. Enfim, todos lutam, e foram surpreendidos com esta catástrofe.

Esse seu relato para toda Santa Catarina, quero que seja o relato de agradecimento desta Casa. Temos que agradecer a todos que ajudaram, e deixar o nosso abraço, a nossa solidariedade àquele povo que sofreu e que está sabendo se reerguer, mas temos que fazer a nossa parte.

Ajudá-los para encorajá-los ainda mais a superar estas dificuldades.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, ao cumprimentar o nosso ex-governador e deputado que preside esta sessão, Leonel Pavan, cumprimento todos os colegas deputados, especialmente as pessoas que nos acompanham pela TVAL.

Hoje é um dia muito especial, deputado Leonel Pavan, por várias razões, uma delas é que a nossa briosa Polícia Militar, como já foi dito aqui desta tribuna, comemora 180 anos de fundação.

Não conheço, em Santa Catarina, aliás, conheço muito poucas, instituições, deputado Cesar Valduga, que têm 180 anos de fundação, uma imagem ilibada de serviços prestados para a sociedade catarinense, focada na segurança, na disciplina, num trabalho que merece o reconhecimento e o aplauso de todos nós, catarinenses, especialmente da Assembleia Legislativa, que é a Casa do Povo Catarinense, e que tem votado e acompanhado aqui o trabalho da nossa Polícia Militar de Santa Catarina, em todos os municípios, em todos os momentos da sociedade. Nós devemos muito a todos os policiais, seus familiares, pela dedicação, lealdade, pela competência com que têm desenvolvido um trabalho.

Parabéns à Polícia Militar, uma instituição de 180 anos de fundação, que merece o nosso respeito e os nossos cumprimentos no dia de hoje.

Mas, hoje, também, deputado Loenel Pavan, v.exa. que foi um grande prefeito de Balneário Camboriú, fez a diferença na sua gestão, nós comemoramos 15 anos de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil.

Este é um dos principais instrumentos, deputado Cesar Valduga, v.exa. que também já exerceu o cargo de vereador em Chapecó, mas esse é um dos principais instrumentos surgidos nos últimos anos, e talvez nos últimos 100 anos da administração pública brasileira, com foco no controle e na moralização da gestão pública.

Promulgada no dia 05 de maio de 2000, a Lei Complementar n. 101 instalou algo inédito no nosso país, limite de gastos e de endividamento das administrações municipais, estaduais e também federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal tornou-

se um marco na história das finanças públicas e é aclamada como importante barreira da corrupção.

Se não fosse a implantação desta moderna legislação, imaginem os senhores, hoje, a desorganização das finanças públicas, talvez tivéssemos já atingido um patamar dramático para a sociedade brasileira.

A lei determinou a mudança do conceito da gestão, por ter passado a exigir algo inédito, a observância de limites de gastos e de endividamento.

Eu fui prefeito no ano de 2000, portanto, comecei, fui um dos primeiros prefeitos, junto com tantos outros cinco mil prefeitos do Brasil, que iniciamos a nossa gestão já na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E ela se tornou um instrumento importante de planejamento de gestão, além do controle de gastos, do limite do endividamento, também de planejamento. Passaram-se os prefeitos e os governos estaduais a tiveram que planejar suas gestões com base no que diz a lei Complementar n. 101. Foi o primeiro grande instrumento e ainda é até hoje de planejamento, de gestão pública brasileira.

Por isso, falo como prefeito que teve seu primeiro mandato já sob a nova ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora uma década e meia, após a promulgação da lei, apontam juristas e técnicos, que o grande desafio é de manter a lei vigente, eficaz e aprimorá-la na gestão pública. Depois da sua promulgação, muitos outros mecanismos foram sendo criados para desviar o principal objetivo da lei, que é o controle, a fiscalização do gasto público dentro de determinados parâmetros e forçar o planejamento das gestões em termos de moralidade também.

Hoje, pessoas experientes, em nível nacional, nos grandes debates, têm focado no grande desafio que a sociedade brasileira tem, como legisladores, de manter o aprimoramento no grande foco do desafio, da eficácia de proteger as omissões, erros e fraudes, que surgem por todos os lados. E nós como legisladores e fiscalizadores temos o

papel fundamental na cobrança para a eficácia desta lei, no aprimoramento dela, porque ao passar dos anos muitas instituições, pessoas, maus gestores e também corruptos procuram aprimorar no sentido de driblar os objetivos e a força dessa lei que, repito, chegou no ano de 2000 dando sequência ao Plano Real, que foi a primeira medida para tirar o país do caos econômico sofrido a décadas. Com a criação dessa lei, passou a ser obrigatório que os governantes lançassem mão de uma atividade básica de gestão, ou seja, planejassem o que deveria ser executado controlando os gastos envolvidos, e cumprindo o programa dentro do previsto.

Se o conceito de gestão pública, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, prevalecesse no atual governo federal, não estaríamos agora enfrentando esse severo ajuste fiscal, que para alguns é aumento de preços e aumento de impostos, que é perverso para a sociedade, isso porque o governo busca arrancar recursos para tapar buracos abertos pela própria incompetência administrativa e irresponsabilidade de gestão. O governo não faz a sua parte - e aí falo de governo federal, porque os prefeitos, se assim não procederem, terão suas contas rejeitadas - e ainda insiste em manter estruturas públicas agigantadas com gastos de custeio perfeitamente dispensáveis, sem estabelecer mecanismos de fiscalização e de controles rigorosos para impedir o desperdício e a corrupção.

É preciso que este governo, que todos nós, lidere uma profunda reforma administrativa, reduzindo essa máquina descomunal, passando pela reforma do sistema federativo, que está hoje sufocando o desenvolvimento do nosso país, as instituições, os estados, os municípios brasileiros, que concentra poder e recursos apenas no governo federal, apenas na Presidência da República, produzindo injustiças flagrantes.

Se fosse eliminada a corrupção e tivéssemos mais qualificação dos gastos e gestão pública, sem dúvida, daríamos início à construção de um novo futuro mais promissor para o povo brasileiro e

para a nossa nação. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje comemora 15 anos, tem esse espírito: a qualificação do gasto público.

Por isso, quero, como ex-prefeito e da Fecam, comemorar esse esforço, que por muito tempo deu resultado, mas que nos últimos anos já começa a ser desfigurado.

E neste ano, ao final, tivemos uma demonstração, um péssimo exemplo do governo federal quando mudou a Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo despesas que não eram da referida lei para cumprir a meta fiscal do governo federal. Logicamente, o governo federal que deveria dar um grande exemplo para prefeitos de pequenas cidades, naquele momento, rasgou essa lei que hoje completa 15 anos.

Mas não vamos desistir, vamos continuar trabalhando para que essa lei continue servindo à nação brasileira, no sentido de rumo, tanto no combate à corrupção quando na qualificação dos gastos e da gestão.

Eu também quero agradecer e cumprimentar o ministério do Meio Ambiente, que no dia de hoje publicou a Portaria n. 100, prorrogando o prazo para registros dos imóveis rurais, o famoso Cadastro Rural Ambiental - CAR -, dando mais um ano para que os proprietários rurais possam estar de acordo com a lei e também para que os órgãos governamentais se adequem a todas as propriedades rurais de Santa Catarina - que são 320 mil -, para não sofrer as sanções e limitações da Lei Ambiental Rural.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer. Quero dizer que o seu pronunciamento é de grande importância e deveria ser debatido em nível nacional, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, infelizmente, está sendo distorcida, desfigurada.

E v.exa. que foi um grande prefeito, assim como eu, sabe que é difícil governar quando não há um certo controle. E, lamentavelmente, o governo federal centraliza todos os recursos, os

governantes tem que fazer política partidária, tem que pedir favor para ser atendido. Infelizmente, é o que está acontecendo hoje no Brasil.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, apenas quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pelo evento ocorrido na semana passada, juntamente com a Federação das Associações dos Hospitais Filantrópicos do Estado de Santa Catarina, um evento participativo que contou com a presença de deputados e de diretores de hospitais de todo o nosso estado.

E quero dizer que temos que buscar alternativas nas crises para os hospitais no estado de Santa Catarina, e, sem dúvida nenhuma, promover cada vez mais esse debate para que possamos buscar as resolutividades que precisamos com relação à saúde pública no estado catarinense.

Então, essa preocupação de v.exa. como também dos demais parlamentares desta Casa, fez com que realmente fosse um sucesso esse evento, mas que outras atividades possam ser promovidas por v.exa., no que tange à questão da saúde, para buscar as soluções. E lá foi apresentada uma resolução com relação à isenção do ICMS sobre serviços públicos. Acho que temos que levar adiante esse debate, pois a saúde pública está com um grande gargalo, está na UTI.

Por isso, temos que buscar uma ação conjunta com o governo do estado, com o federal, com os nossos deputados, com a nossa frente parlamentar, porque apenas a crítica não resolve. Temos que...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente

sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.